



Relatório da Administração

Ano 2014

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Rua Agulhas Negras 85, Montese
Resende- RJ CEP 27.541-040
CNPJ 31.465.487/0001-01
Inscrição Estadual 85.512.854
www.ceres.coop.br
presidência@ceres.coop.br

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
CARTA DO PRESIDENTE	4
CENÁRIO	5
DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5
GESTÃO	15
PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS	17
AGRADECIMENTOS	25
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (REGULATÓRIAS)	26
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO	27
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO	29
NOTAS CONCILIATÓRIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	31
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (SOCIETÁRIAS)	37
BALANÇO PATRIMONIAL	38
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	40
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	43
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	45
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	47
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos a apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – CERES, elaborados conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa. Tais demonstrativos objetivam a divulgação de forma transparente aos sócios, parceiros, investidores, órgão regulador, clientes e sociedade em geral, e servirão como base para nortear as atitudes necessárias durante o próximo exercício, alavancando positivamente os resultados obtidos, sempre na busca da melhoria contínua.

Cabe salientar que cumprimos as determinações específicas do Órgão Regulador, na apresentação da Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade, determinado a todas as empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

CARTA DO PRESIDENTE

Fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, a CERES tornou-se numa instituição forte e com uma administração ágil. Prestando o serviço de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

É com o espírito de continuidade desse desenvolvimento que completamos o ano de 2014 liderando um grande processo de mudança na Ceres. Primando por uma administração moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica. Com isso, estamos defendendo os interesses do consumidor, e os resultados já estão aparecendo.

A aplicação dessas modernas técnicas de administração está fazendo surgir uma nova empresa, compromissada com os consumidores, associados, comunidades e sociedade em geral.

Vander Leite Gomes

Presidente

CENÁRIO

A CERES – Permissionária Distribuidora de Energia Elétrica, mantém com o Órgão Regulador – ANEEL, Contrato de Permissão número 010, de junho de 2008, observando e cumprindo todas as normas, regras e obrigações a ele pertinentes bem como, prestando a seus consumidores serviços de qualidade em conformidade com as determinações e normas regulatórias vigentes do Setor Elétrico.

O estabelecimento da metodologia do Primeiro Ciclo de Revisão Tarifária das Permissionárias em 05 de março de 2013 (Submódulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret) e as alterações metodológicas estabelecidas pela ANEEL em 11 de junho de 2013 viabilizou o início do processo de Revisão Tarifária da CERES, que ocorreu através da Resolução Homologatória 1.670 de 17 de dezembro de 2013.

Através da Resolução Homologatória 1707 de 08 de abril de 2014, foi homologado o resultado do nosso Reajuste Tarifário Anual.

Em julho de 2014, protocolamos junto à ANEEL, o Ofício 0104/2014 formulado à Superintendência de Regulação Econômica, atual SGT – Superintendência de Gestão Tarifária, com o objetivo de relatar o processo de instabilidade econômico-financeira que ora se instalava nesta Permissionária.

Tal relato deu origem a abertura do Processo de RTE número 48500.000039/2015-15, processo este, que tramita até o presente momento na ANEEL e que pretende equacionar o impasse e o quadro de instabilidade atual, proporcionando condições favoráveis de continuidade à uma prestação de serviço de qualidade aos consumidores da CERES.

DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A permissionária distribui energia elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no estado do Rio de Janeiro, 1 no estado de Minas Gerais e 1 no estado de São Paulo, atendendo 4.454 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Associado que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 215 novas ligações com destaque 174 residenciais, 33 comerciais, 06 rurais e 02 poderes públicos, totalizando 4.454 consumidores atendidos, número 5,04% superior ao ano anterior.

Comportamento do Mercado

Até o presente momento a CERES não dispõe de geração própria sendo, portanto, todo seu mercado atendido por injeção de energia adquirida em forma de suprimento da Ampla Energia e Serviços S/A.

	Balanco energético em GWh	
	2014	2013
Geração Própria	0	0
Ampla	17,71	16,03
PROINFA	0,49	0,25
TOTAL	18,20	16,28
Disponibilidades		
Consumidores - distribuição direta	17,38	15,75
Consumidores livres	N/A	N/A
Concessionárias	N/A	N/A
Energia contratual	N/A	N/A
Energia de curto prazo	N/A	N/A
Fornecimento e suprimento	17,38	15,75
Perdas e diferenças	3,43%	4,10%

O valor classificado como "**Consumidores – distribuição direta**" refere-se a energia faturada

Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2014 foi de 17,38 GWh, tendo apresentado crescimento de 10,35% em relação ao ano de 2013.

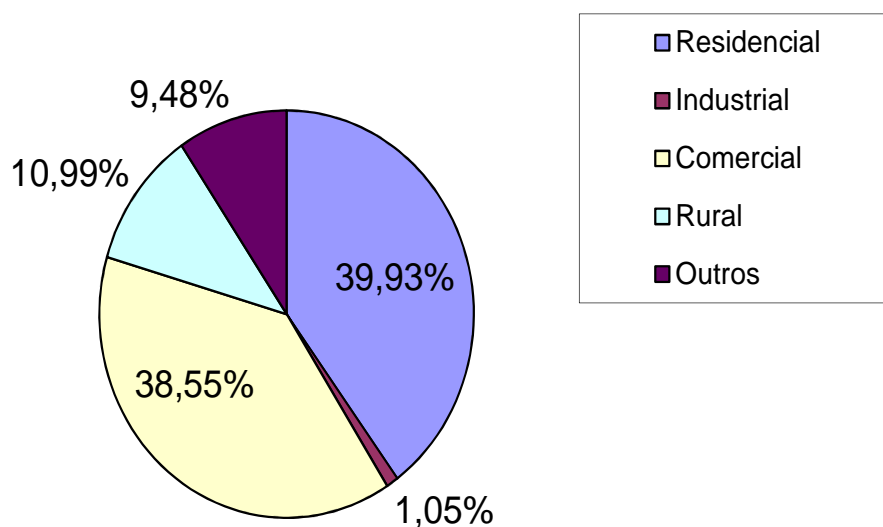
Os segmentos de mercado residencial e comercial foram os que mais contribuíram para esse resultado em termos absolutos. Destaca-se ainda o desempenho da classe Residencial que se mostrou incrementada em 12,56% com relação aos dados do ano passado.

Entretanto o que se ressalta é a variação negativa de mais de 4,34% da classe industrial, que mesmo apresentando grande monta percentual, é digno de se notar que a variação absoluta foi pequena, e o montante total do mercado dessa classe é de pequeno valor, que, em contrapartida, gera tal distorção.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

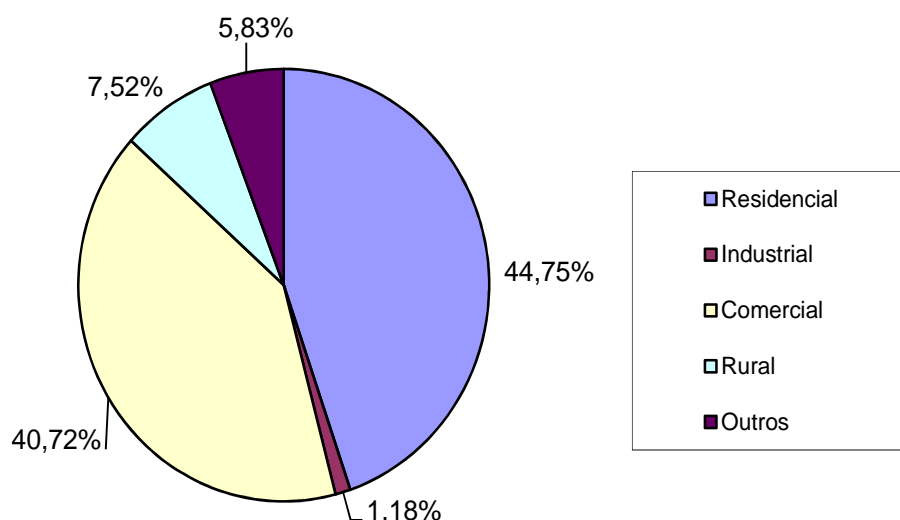
Classe	2014	2013	%
Residencial	6,94	6,17	12,56
Industrial	0,18	0,19	-4,34
Comercial	6,70	6,08	10,10
Rural	1,91	1,75	9,13
Outros	1,65	1,56	5,80
Total	17,38	15,75	10,35



Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício, apurou em R\$ 5.645,76 mil o quadro a seguir mostra a comparação dos exercícios de 2014 com 2013 e a variação em percentual, vejamos:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2014	2013	%
Residencial	2.526,54	2.897,78	(12,81)
Industrial	66,86	88,41	(24,38)
Comercial	2.298,76	2.603,62	(11,71)
Rural	424,55	482,02	(11,92)
Outros	329,05	380,86	(13,60)
Total	5.645,76	6.452,69	(74,42)



Número de consumidores

Considerando que durante o ano ocorrem ligações novas, desligamentos por solicitação do consumidor e ausência de pagamentos.

Foi observado, conforme quadro a seguir, em dezembro de 2014 um incremento de 4,43% em referência ao mesmo período do ano anterior.

Classe	Número de Consumidores		
	2014	2013	Variação %
Residencial	3601	3436	4,8
Industrial	4	5	-20
Comercial	548	529	3,59
Rural	275	271	1,48
Outros	26	24	8,33
Totais	4454	4265	4,43

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2014, atingiu R\$ 292,78 por MWh, com um acréscimo de 3,43% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Classe	R\$ por MWh
	2014
Residencial	361,62
Industrial	339,29
Comercial	324,10
Rural	204,21
Poder público	348,84
Outros	178,59
Tarifa Média	292,78

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	2.342,77	2.184,17	61,74	496,71	46,79	361,43
Impostos	16,49	15,90	0,43	4,54	0,33	3,59
PIS	2,92	2,82	0,08	0,80	0,06	0,63
COFINS	13,57	13,09	0,36	3,73	0,27	2,95
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	96,07	92,67	2,52	26,44	1,92	20,89
Fiscalização	11,63	11,22	0,30	3,20	0,23	2,53
CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P&D	11,61	11,20	0,30	3,19	0,23	2,52
PEE	11,61	11,20	0,30	3,19	0,23	2,52
CDE	27,31	26,35	0,72	7,52	0,55	5,94
PROINFA	33,91	32,71	0,89	9,33	0,68	7,37
Compensação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo da energia comprada p/revenda	680,90	656,78	17,83	187,40	13,64	148,06
Encargos de uso da rede elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	1.001,73	966,25	26,24	275,70	20,07	217,82
Outras despesas operacionais	314,29	303,15	8,23	86,50	6,30	68,34
Tarifa bruta da concessionária	2.230,21	2.075,60	58,79	465,74	44,53	336,96

(*)

(*) Representa a equivalência em relação a tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Qualidade da Energia

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2010*	N/D	N/D	N/D
2011	17,5	9,18	4,09
2012	38,78	16,24	2,14
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87

(*) Somente relatamos dados a partir do ano de 2011, pois o sistema de registro de ocorrências foi implantado somente no final do ano de 2010, entrando em operação no ano informado.

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERES, no ano de 2012, inaugurou o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações,

críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2014, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Atualização do Sistema Operacional dos Servidores que hospedam arquivos, serviços e aplicações;
- Criação de políticas de acesso de seus colaboradores objetivando a Segurança da Informação;
- Melhorias na conexão de dados entre a Sede em Resende e a filial em Penedo;
- Instalação de dispositivo para gerenciamento de múltiplos link de Internet, evitando transtornos caso algum link sofra indisponibilidade;
- Aperfeiçoamento e automação dos planos de backup de arquivos e aplicações.

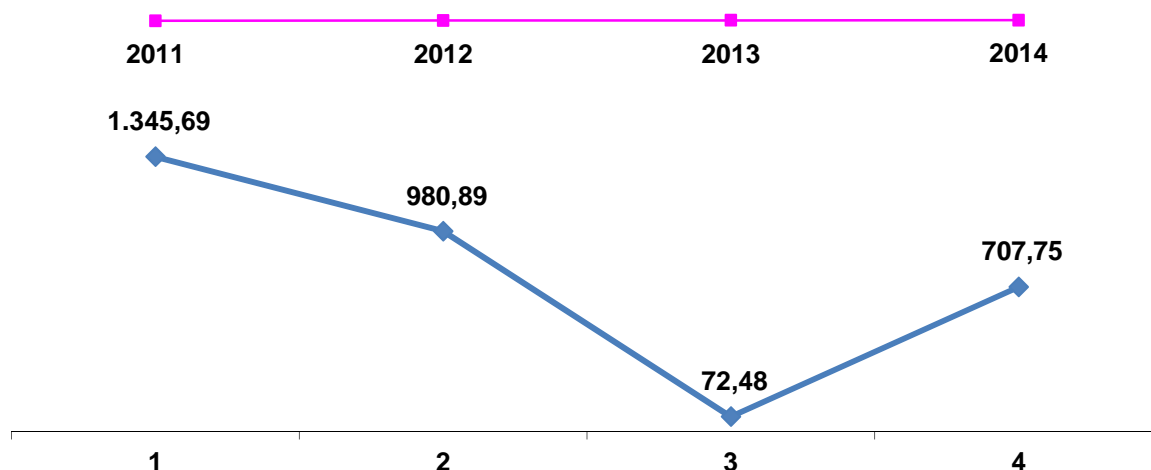
Desempenho econômico-financeiro

Em 2014, a Sobras foram de R\$ 339,00 (Reais/mil), contra uma perda de R\$ 200,70 (Reais/mil) em 2013, um aumento de 268,90%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 5.325,82 (Reais/mil), enquanto em 2013 situou-se em R\$ 6.748,55 (Reais/mil).

As despesas operacionais totalizaram em 2014 R\$ 5.113,24 (Reais/mil), 33,16% inferior em relação a 2013 que foi de R\$ 6.809,02 (Reais/mil).

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 707,75 (Reais/mil), superior em 876,47% a 2013, que foi de R\$ 72,48 (Reais/mil).

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária



Investimentos

Em 2014, os investimentos da permissionária, importaram em R\$ 740,29 mil, cerca de 74,94% acima do valor relativo ao ano de 2013, conforme a seguir:

Investimento em R\$ mil			
	2014	2013	Variação %
Obras de Distribuição	740,29	423,16	74,94%

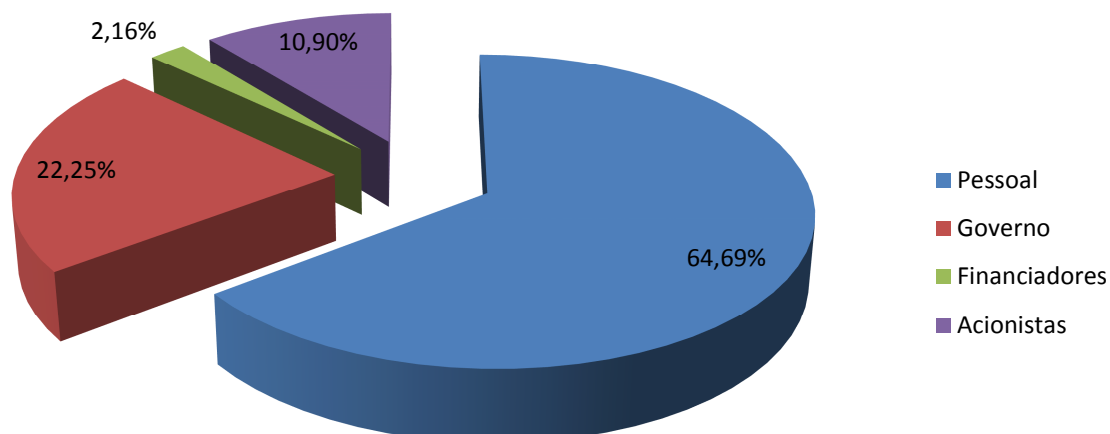
Captação de recursos

Todos os investimentos do ano de 2014 foram realizados somente com capital próprio

Valor adicionado

Em 2014, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERES foi de R\$ 2.984,62 (Reais/mil), representando 54,33% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Dezembro 2014 - Legislação Societária



Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da CERES representa R\$ 63,81 (Reais/mil), composto por 11.800 quotas-partes, com a seguinte composição:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2014		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Vander Leite Gomes	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,02%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	12	0,10%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,04%
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Sub total	27	0,23%

<u>CONSELHO FISCAL 2014</u>		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Anísio Rodrigues da Costa	3	0,03%
Gilmar de Lima Almeida	15	0,13%
José Luiz de Almeida	2	0,02%
José Donizete de Oliveira	2	0,02%
Vera Lúcia Miranda Assis Queiroz	1	0,01%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Sub Total	27	0,23%
<u>DEMAIS COOPERADOS 2014</u>		
Demais Cooperados Totalizando 2.795 Cotistas	11.746	99,54%
Total geral	11.800	100,00%

Atendimento aos Associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária coloca à disposição dos seus associados o serviço de atendimento, instalado em sua Sede, situada à Rua Agulhas Negras, 85, Montese, Resende – RJ, e na Rua do Operário, 267, Penedo, Itatiaia – RJ

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, por meio dos números: (24) 3388 3020, 3388 3019 e 3351 2327.

Relações com o Mercado

Ao longo do ano, a CERES participou de diversos eventos, seminários e workshops com a finalidade de alinhar as práticas da permissionária com as melhores práticas de mercado com aderência às mudanças do setor elétrico.

GESTÃO

Administração

Durante o ano de 2014 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento Empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2014, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos Humanos

Em 2014 implantou-se e executou-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade Social

Inserida no contexto cooperativista e como Permissionária de Distribuição de Energia Elétrica, a CERES vem ao longo do ano de 2014 aprimorando seu atendimento estando atenta às demandas de sua área de atuação. Buscamos através do cumprimento das metas estabelecidas pela Agência Reguladora, atender da melhor

forma a comunidade por nós atendida, apoiando as práticas culturais e festividades locais.

PERMISSONÁRIA EM NÚMEROS

Atendimento	2014	2013	%
Número de consumidores	4.464	4.265	4,67
Número de empregados	42	46	(8,70)
Número de consumidores por empregado	106	93	13,98
Número de localidades atendidas	5	5	0,00
Número de agências	2	2	0,00
Número de postos de atendimento	2	2	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00
Mercado			
Área de Permissao (Km ²)	274,00	274,00	0,00
Geração própria (GWh)	0	0	0,00
Demanda máxima (MWh/h)	3,93	3,93	0,00
Distribuição direta (GWh)	17,38	15,75	10,35
Consumo residencial médio (kWh/ano)	5,78	5,13	12,67
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	292,78	390,42	(25,01)
Total			
Residencial	337,64	470,04	(28,17)
Comercial	292,57	434,99	(32,74)
Industrial	415,73	405,32	2,57
Rural	182,17	251,33	(27,52)
Suprimento	24,54	16,01	53,28
DEC (horas)	14,48	59,91	(75,83)
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	14,23	13,72	3,72
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	3,58	3,34	7,19
FEC (número de interrupções)	7,73	19,17	(59,68)
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,09	2,64	-20,83

Operacionais	2014	2013	%
Número de usinas em operação	0	0	0
Número de subestações	0	0	0
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0
Linhas de distribuição (Km)	329,74	324,00	1,77
Capacidade instalada (MW)	16,27	16,07	1,23
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	5.493,62	6.944,60	(20,89)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	5.325,82	6.748,55	(21,08)
Margem operacional do serviço líquida (%)	3,15%	2,91%	8,45
EBITDA OU LAJIDA	707,75	72,48	876,48
Lucro líquido (R\$ mil)	339,00	(200,70)	(268,91)
Lucro líquido por mil cotas	339,00	(200,70)	(268,91)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	1.182,36	843,81	40,12
Valor patrimonial por cota R\$	1.182,36	843,81	40,12
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	28,67%	-23,78%	(220,54)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	715,32%	986,42%	(27,48)
Em moeda nacional (%)	715,32%	986,42%	(27,48)
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Performance.

	2014	2013
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	2,44	1,84
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	433,44	353,92
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	4,09	3,82
Retorno de Ativos por Unidade:	0,06	(0,01)

Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2014, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade

de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social

CIPA CERES: A CERES não possui CIPA, mas tem 1 (um) técnico especializado na área de segurança.

Alimentação: A CERES distribui mensalmente uma cesta básica para todos os funcionários.

Demonstração do Balanço Social - 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014			2013		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			5.325,82			6.748,55
Lucro Operacional (LO)			212,58			(60,48)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			2.965,70			3.537,43
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	26,63	0,90%	0,50%	78,07	2,63%	1,47%
Encargos sociais compulsórios	722,83	24,37%	13,57%	772,70	26,05%	14,51%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e	128,09	4,32%	2,41%	290,11	9,78%	5,45%

outros benefícios						
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1,93	0,07%	0,04%	9,37	0,32%	0,18%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	54,86	1,85%	1,03%	55,91	1,89%	1,05%
Outros Benefícios	82,70	2,79%	1,55%	39,99	1,35%	0,75%
Total	1.017,04	34,29%	19,10%	1.246,15	42,02%	23,40%
			% sobre			% sobre

3 - Indicadores sociais externos

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	17,42	8,19%	0,33%	26,28	12,36%	0,49%

Total de contribuições para a sociedade

17,42	8,19%	0,33%	26,28	12,36%	0,49%
--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	--------------

Tributos - excluídos encargos sociais

68,90	32,41%	1,29%	107,46	50,55%	2,02%
-------	--------	-------	--------	--------	-------

Total

86,32	40,61%	1,62%	133,74	62,91%	2,51%
--------------	---------------	--------------	---------------	---------------	--------------

% sobre

% sobre

4 - Indicadores ambientais

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
					2014	2013
					em	em
					unidades	unidades
5 - Indicadores do corpo funcional						
Empregados no final do período					42	46
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária					6	7
Ensino médio					27	29
Ensino fundamental					9	10
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos					9	11
De 30 até 45 anos (exclusive)					18	21
Acima de 45 anos					15	14
Admissões durante o período					9	8
Mulheres que trabalham na empresa					19	18
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres					5	5,55
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes					25,00	25,00
Negros que trabalham na empresa					14	7
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros					7	14,28
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes					25,00	25,00
Portadores de deficiência física					0	0
Dependentes					67	70
Estagiários					0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa					11	10,25
Maior remuneração					7,07	6,61
Menor remuneração					0,79	0,68

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	5.659,67	6.345,80
Pagamentos a Fornecedores	-1.454,84	-2.242,38
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	-674,42	-644,88
Salários e Encargos Sociais	-2.348,29	-3.130,96
Caixa Gerada pelas Operações	1.182,12	327,58
Encargos Setoriais	-115,19	-155,33
Juros Pagos		0,00
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	-138,46	-214,44
Tributos Estaduais (ICMS)	-167,34	-36,46
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	-64,87	-4,72
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	696,26	-83,37
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	-29,29	-12,76
Associações e Convênios	-3,17	-6,30
Viagens	-13,09	-14,92
Outras Receitas/Despesas	-304,65	604,13
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>346,06</i>	<i>486,78</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	-118,99	-582,43
Recebido pela Venda de Imobilizado		
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	12,55	-17,31
Ativos regulatórios	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>-106,44</i>	<i>-599,74</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	2,68	7,59

Recebimentos de Empréstimos	3.215,22	1.225,99
Pagamentos de Empréstimos	-3.148,05	-938,16
Juros Pagos	-118,35	-69,38
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	-248,14	-117,19
Outras Devoluções	0,00	0,00
	<hr/>	<hr/>
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>-296,64</i>	<i>108,85</i>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	-57,02	-4,11
	<hr/>	<hr/>
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	140,25	144,36
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	83,23	140,25
	<hr/>	<hr/>
Variação pelo Caixa	-57,02	-4,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2014	2013
Receitas	5.512,37	6.828,50
Venda de energia e serviços	5.493,62	6.944,60
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33,21	-45,37
Provisão para contingências	-14,46	-70,73
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.278,03)	(2.825,98)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	543,62	-927,25
Material e serviços de terceiros	-2.821,65	-1.898,73
(=) Valor adicionado bruto		

	3.234,34	4.002,52
(-) Quotas de reintegração	(249,72)	(238,22)
(=) Valor adicionado líquido	2.984,62	3.764,30
(+) Valor adicionado transferido	126,42	(140,22)
Receitas (Despesas) financeiras	126,42	(140,22)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	3.111,04	3.624,08
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.012,58	2.929,41
Remunerações	1669,59	2299,88
Encargos sociais (exceto INSS)	150,91	164,68
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	26,63	78,07
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	261,94	397,52
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(96,49)	(10,74)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	692,13	830,88
INSS (sobre folha de pagamento)	495,23	608,02
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	196,90	222,86
Financiadores	67,33	64,49
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	67,33	64,49
Acionistas	339,00	(200,70)
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	339,00	(200,70)
Valor adicionado (médio) por empregado	74,07	78,78

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro de colaboradores.

Nosso muito obrigado!

Resende, 31 de março de 2015.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (REGULATÓRIAS)

Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA. – CNPJ: 31.465.487/0001-01
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO ((VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL)

	Nota de Ajustes	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		1.974,28	(18,33)	1.992,61	1.652,38	(699,58)	2.351,96
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	1.587,36		1.587,36	1.526,93		1.526,93
Despesas pagas antecipadamente	[2]	20,92	(18,33)	39,25	7,96	(699,58)	707,54
Outros Ativos Circulantes não afetados		366,00		366,00	117,49		117,49
Não circulante		7.441,02	(3.664,34)	11.105,36	7.299,31	0,00	7.299,31
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	0,00		0,00	0,00		0,00
Créditos fiscais diferidos	[3]	0,00		0,00	0,00		0,00
Despesas pagas antecipadamente	[2]	0,00		0,00	0,00		0,00
Ativo Financeiro da Concessão		1.008,48	1.008,48	0,00	713,80	713,80	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados		2.944,13		2.944,13	2.929,21		2.929,21
Investimentos	[4]	0,00		0,00	0,00		0,00
Imobilizado	[5]	626,11	(7.491,01)	8.117,12	658,81	(3.652,68)	4.311,49
Em serviço		1.381,31	(11.819,81)	13.201,12	1.496,43	(3.860,97)	5.357,40
(-) Reintegração Acumulada		(755,20)	5.295,81	(6.051,01)	(837,62)	1.371,35	(2.208,97)
Em curso		0,00	(967,01)	967,01	0,00	(1.163,06)	1.163,06
Intangíveis	[6]	2.862,30	2.818,19	44,11	2.997,49	2.938,88	58,61
Em serviço		1.855,95	1.811,84	44,11	1.694,66	1.636,05	58,61
Em curso		1.006,35	1.006,35	0,00	1.302,83	1.302,83	0,00
TOTAL DO ATIVO		9.415,30	(3.682,67)	13.097,97	8.951,69	(699,58)	9.651,27

Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA. – CNPJ: 31.465.487/0001-01
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO ((VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL))

	Nota de Ajustes	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO							
Circulante		3.333,32	(132,92)	3.466,24	1.765,21	(366,39)	2.131,60
Passivos Regulatórios	[7]	0,00	(132,92)	132,92	0,00	(366,39)	366,39
Outros passivos circulantes não afetados		3.333,32		3.333,32	1.765,21		1.765,21
Não circulante		4.899,62	(2.423,12)	7.322,74	6.342,67	0,00	6.342,67
Passivos Regulatórios		0,00	(2.423,12)	2.423,12	0,00		0,00
Outros passivos não circulantes não afetados	[7]	4.899,62		4.899,62	6.342,67		6.342,67
Patrimônio Líquido		1.182,36	(1.126,63)	2.308,99	843,81	(333,19)	1.177,00
Capital Social		63,81		63,81	63,69		63,69
Reserva de capital		0,00	2.715,02	(2.715,02)	0,00	(333,19)	333,19
Reserva de lucro		915,15		915,15	780,12		780,12
Dividendo adicionado proposto		0,00		0,00	0,00		0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	[8]	0,00	(3.841,65)	3.841,65	0,00		0,00
Lucro (prejuízo) acumulado	[9]	203,40		203,40	0,00		0,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		9.415,30	(3.682,67)	13.097,97	8.951,69	(699,58)	9.651,27
		-		-	-		-

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL

Linha	Conta Contábil	R\$ Mil	Nota de Ajustes	2014			2013		
				Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes	
								CPCs	Regulatório
1		RECEITA OPERACIONAL BRUTA	[10]	5.493,62	2.044,73	3.448,89	6.944,59	817,12	6.127,47
2	611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica		(1.848,05)		(1.848,05)	1.844,14		1.844,14
3	611.0X.1.1.02	Suprimento de Energia Elétrica		0,00		0,00	0,00		0,00
4	611.0X.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo		0,00		0,00	0,00		0,00
5	611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		4.934,96		4.934,96	4.243,01		4.243,01
6	611.06	Receita de Atividade Não Vinculada	[11]	0,00		0,00	0,00		0,00
7	611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas	[12]	2.406,71	2.044,73	361,98	857,44	817,12	40,32
8		DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(167,79)	0,00	(167,79)	(196,05)	0,00	(196,05)
9		Tributos e Encargos		(41,29)	0,00	(41,29)	(41,35)	0,00	(41,35)
10	611.0X.6.X.21	Federais		(41,29)		(41,29)	(41,35)		(41,35)
11	611.0X.6.X.22	Estaduais e Municipais		0,00		0,00	0,00		0,00
12	611.05.7.1.06/7								
		Encargos - Parcela "A"		(126,50)	0,00	(126,50)	(154,70)	0,00	(154,70)
14	611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR		0,00		0,00	(2,02)		(2,02)
15	611.0X.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(29,06)		(29,06)	(35,49)		(35,49)
16	611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(68,38)		(68,38)	(64,63)		(64,63)
17	611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis- CCC		0,00		0,00	(16,82)		(16,82)
18	611.0X.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE		(29,06)		(29,06)	(35,74)		(35,74)
19	611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		0,00		0,00	0,00		0,00
20		RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.		5.325,83	2.044,73	3.281,10	6.748,54	817,12	5.931,42
21		CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A'	[13]	(1.818,62)	0,00	(1.818,62)	(692,77)	0,00	(692,77)
22	615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.704,61)		(1.704,61)	(579,58)		(579,58)
23	615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(84,90)		(84,90)	(86,38)		(86,38)
24	615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		0,00		0,00	0,00		0,00
25	615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização		(29,11)		(29,11)	(26,81)		(26,81)
26	615.0X.1.9.37	CFURH		0,00		0,00	0,00		0,00
27		Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	615.0X.X.X.12	Combustíveis		0,00		0,00	0,00		0,00
29	615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC		0,00		0,00	0,00		0,00
30		RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		3.507,21	2.044,73	1.462,48	6.055,77	817,12	5.238,65
31		CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"		(3.294,62)	951,57	(4.246,19)	(6.116,25)	(908,46)	(5.207,79)
32	615.0X.X.X.01	Pessoal		(2.507,81)		(2.507,81)	(2.933,52)		(2.933,52)
33	615.0X.X.X.02	Administradores		(457,89)		(457,89)	(603,91)		(603,91)
34	615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros		(835,78)		(835,78)	(1.002,22)		(1.002,22)
35	615.0X.X.X.11	Material		(196,36)		(196,36)	(230,54)		(230,54)
36	615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Aluguéis		(67,33)		(67,33)	(64,49)		(64,49)
37	615.0X.X.X.93	Tributos		(27,61)		(27,61)	(66,11)		(66,11)
38	615.0X.X.X.92	Seguros		(3,90)		(3,90)	0,00		0,00
39	615.0X.X.X.99	Outros		716,11	774,25	(58,14)	(940,03)	(908,46)	(31,57)
39 a	615.0X.X.X.98	(-) Recuperação de Despesas		334,34		334,34	105,17		105,17

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL

Linha	Conta Contábil	R\$ Mil	2014			2013		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
39 b	615.0X.X.X.94	Doações, Contribuições e Subvenções	(17,42)		(17,42)	(26,28)		(26,28)
40	615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos	33,21		33,21	(45,37)		(45,37)
41	615.0X.X.X.95/96	Provisao - Outras	(14,46)		(14,46)	(70,73)		(70,73)
42	615.0X.X.X.53	Depreciação	(236,82)	177,32	(414,14)	(231,47)		(231,47)
43	615.0X.X.X.55	Amortização	(12,90)		(12,90)	(6,75)		(6,75)
	615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada	0,00		0,00	0,00		0,00
45		RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	212,59	2.996,30	(2.783,71)	(60,48)	(91,34)	30,86
46		RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			[14]					
47	631 (-)631.06.1.2	Receita Financeira	2.176,39		2.176,39	107,63		107,63
48	635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira	(2.049,98)		(2.049,98)	(247,85)		(247,85)
49	631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0,00		0,00	0,00		0,00
50	671/5	Resultado Não Operacional	0,00	51,91	(51,91)	0,00	195,15	(195,15)
51		LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL	339,00	3.048,21	(2.709,21)	(200,70)	103,81	(304,51)
52	710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda	0,00		0,00	0,00		0,00
53	710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social	0,00		0,00	0,00		0,00
54	710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0,00		0,00	0,00		0,00
55	710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00		0,00	0,00		0,00
		LUCRO (PREJUÍZO)	339,00	3.048,21	(2.709,21)	(200,70)	103,81	(304,51)

Da Linha 7 deverão ser excluídas as receitas já contabilizadas na Linha 6.

Das linhas 32 a 43, excluir todos os valores que se refiram às Atividades Não Vinculadas (615.06)

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

NOTAS CONCILIATORIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS

1 Consumidores concessionárias e permissionárias

	2.014			2.013		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Descontos TUST E TUSD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Irrigação e Aquicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios Baixa Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compen. Financ. Interrup. Fornecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

NÃO FORAM EM 2013 E 2014 CONTABILIZADOS REFERENTES AOS ITENS DESTA NOTA DE AJUSTE

Salienta-se que o presente grupo teve redução significativa após MP 579/2012, onde os descontos regulatórios concedidos já têm reembolso líquido e certo através dos subsídios governamentais via CDE.

2 Despesas pagas antecipadamente	2.014			2.013		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	539,17	0,00	539,17
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	4,22	0,00	4,22	31,76	0,00	31,76
Diferenças PLPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros componentes Financeiros	14,11	0,00	14,11	128,65	0,00	0,00
	<u>18,33</u>	<u>0,00</u>	<u>18,33</u>	<u>699,58</u>	<u>0,00</u>	<u>570,93</u>

OBS:NÚMEROS APURADOS E RECONHECIDOS CONFORME DETERMINAÇÃO REGULATÓRIA, DEVIDAMENTE RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO.

3 Créditos fiscais diferidos

	2.014	2.013
IRPJ Diferido	0,00	0,00
CSLL Diferido	0,00	0,00
PIS Diferido	0,00	0,00
COFINS Diferido	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Não houveram créditos fiscais diferidos nos exercícios de 2013 e 2014.

4 Investimentos

	2.014	2.013
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Não ocorreram investimentos nos exercícios de 2013 e 2014.

5 Imobilizado

	2.014	2.013
Em serviço	13.393,93	5.433,27
Terrenos	197,83	197,83
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	776,90	742,99
Máquinas e Equipamentos	11.605,93	3.564,06
Veículos	613,77	728,89
Móveis e Utensílios	199,50	199,50
	<u>13.393,93</u>	<u>5.433,27</u>
(-) Reintegração Acumulada	(6.058,38)	(2.208,97)
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(230,40)	(204,62)
Máquinas e Equipamentos	(5.226,82)	(1.302,79)
Veículos	(477,54)	(595,32)
Móveis e Utensílios	(123,62)	(106,24)

Em curso	1.006,34	1.302,83
Terrenos	0,00	0,00
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	302,75	463,20
Veículos	0,00	0,00
Móveis e Utensílios	26,43	25,57
A Ratear	0,00	0,00
Estudos e Projetos	0,00	0,00
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	50,36	48,66
Material em Depósito	626,80	765,40
Compras em Andamemo	0,00	0,00
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Total do Imobilizado	8.341,89	4.527,13
6 Intangível	44,11	58,61
Em serviço	44,11	58,61
Em curso	0,00	0,00
	8.386,00	4.585,74
Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(224,76)	(215,64)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	8.161,24	4.370,10

No exercício de 2014 temos contabilizados o VNR - Valor Novo de Reposição no grupo Maquinas e Equipamentos, com o valor liquido de R\$ 3.664,34 mil depreciados até 12/2014.

7 Passivos Regulatórios

	2.014			2.013		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	93,06	2.423,12	2.516,18	0,00	0,00	0,00
Descontos TUSD e irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reajuste Tarifário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	29,89	0,00	29,89	366,39	0,00	366,39
Outros Componentes Financeiros	9,97	0,00	9,97	0,00	0,00	0,00
	<u>132,92</u>	<u>2.423,12</u>	<u>2.556,04</u>	<u>366,39</u>	<u>0,00</u>	<u>366,39</u>

8 Reserva de avaliação patrimonial

	<u>2.014</u>	<u>2.013</u>
Ajuste a valor de mercado	3.841,65	0,00
IR	0,00	0,00
CS	0,00	0,00
	<u>3.841,65</u>	<u>0,00</u>

No exercício de 2014 temos contabilizados o VNR - Valor Novo de Reposição no grupo Maquinas e Equipamentos. A diferença apresentada no grupo 132 deve-se a depreciação no valor de R\$ 177,32 mil reais.

9 Lucro (prejuízo) acumulado

	<u>2.014</u>	<u>2.013</u>
Efeito dos ajustes entre Contab Societ x Regulat.	<u>(3.048,21)</u>	<u>103,81</u>

EOBS: HOVERAM EFEITOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM FUNÇÃO DOS AJUSTES ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E REGULATÓRIA

Para fins de demonstração da DMPL adequada ao Regime Societário, a diferença acima demonstrada foi ajusta contra a conta contábil do mesmo grupo intitulada OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL

10 Receita Operacional Bruta	2.014	2.013
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	2.526,54	2.897,78
Industrial	66,86	88,41
Comercial	2.298,76	2.603,62
Rural	424,55	482,02
Poderes Públicos	50,34	50,35
Iluminação Pública	277,32	328,95
Serviço Público	1,39	1,56
	5.645,76	6.452,69

OBS: TRATA-SE DO FORNECIMENTO FATURADO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2014

A diferença apresentada no DRER trata-se das Receitas Não Operacionais que, pelas regras do IFRS passam a ser Operacionais no Balanço Societário.

11 Receita de Atividade Não Vinculada	2.014	2.013
	0,00	0,00
	0,00	0,00

OBS: NÃO AUFERIMOS RECEITA COM ATIVIDADE NÃO VINCULADA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2014

12 Outras Receitas Vinculadas	2.014	2.013
Compartilhamento de infra-estrutura	0,00	0,00

Serviços Taxados	24,96	17,45
DMR	9,47	10,79
Outras Receitas	327,55	12,08
	<u>361,98</u>	<u>40,32</u>

Houveram efeitos em nosso Resultado, referente aos CPC's em relação aos Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

13 Custos não gerenciáveis — Parcela "A"	2.014	2.013
Anulação da Receita Não Operacional	151,57	110,68
Receita de Construção	(296,48)	450,10
Passivo Regulatorio	2.189,65	256,34
	<u>2.044,74</u>	<u>817,12</u>

Houveram efeitos em nosso Resultado, referente aos CPC's em relação aos Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

14 Resultado Extra-Concessão

Não houve Resultado Extra-Concessão apurado em nossa Empresa nos exercícios de 2013 e 2014

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
(SOCIETÁRIAS)**

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2014	2013
ATIVO	9.415,30	8.951,69
Circulante	1.974,28	1.652,38
Numerário disponível	83,23	38,73
Aplicações no mercado aberto	0,00	101,52
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1587,36	1526,93
Rendas a receber	0,00	0,00
Devedores diversos	226,89	219,73
Depósitos judiciais	0,00	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(639,91)	(673,12)
Serviços em curso	71,30	70,32
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	12,11
Tributos a compensar	116,95	116,60
Estoque	83,32	86,11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	20,92	7,96
Outros créditos	424,22	145,49
Ativo Não-Circulante	7.441,02	7.299,31
Realizável a Longo Prazo	3.952,61	3.643,01
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	153,00	138,1
Ativo Financeiro da Permissão	1.008,49	713,80
Outros créditos	2.791,12	2.791,11
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	626,11	658,81
Intangível	2.862,30	2.997,49
	-	-

PASSIVO	9.415,30	8.951,69
Circulante	3.333,32	1.765,21
Fornecedores	1394,12	108,83
Folha de pagamento	106,39	208,6
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	208,45	319,30
Taxas regulamentares	9,05	5,84
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	517,22	5,18
Passivos regulatórios	0,00	0,00
Credores diversos	652,64	753,09
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Obrigações estimadas	279,87	186,70
Provisões para contingências	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	42,80	31,53
Programa de Eficiência Energética	122,78	146,14
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	4.899,62	6.342,67
Passivo Exigível a Longo Prazo	4.899,62	6.342,67
Empréstimos e financiamentos	173,56	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	4.184,80	5.801,84
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Provisões para contingências	84,33	89,87
Outras contas a pagar	456,93	450,96
Patrimônio Líquido	1.182,36	843,81
Capital social	63,81	63,69
Ajuste de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Reservas de lucros	915,15	780,12
Lucros (prejuízos) acumulados	203,40	0,00
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

-

-

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Resultado

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2014	2013
Receita operacional	5.493,61	6.944,59
Fornecimento de energia elétrica	-1.848,05	1.844,14
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.934,96	4.243,01
Efeitos IFRS	2.044,73	817,12
Outras receitas operacionais	361,97	40,32
Deduções da receita operacional	-167,79	-196,04
ICMS	0,00	0,00
PIS	-7,31	-7,33
COFINS	-33,97	-34,02
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	-68,38	-81,44
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT e MME)	-58,13	-71,23
Quota para RGR	0,00	-2,02
Receita operacional líquida	5.325,82	6.748,55
Custo do serviço de energia elétrica	-1.818,62	-692,76
Custo com energia elétrica	-29,11	-26,81
Energia elétrica comprada para revenda	-1.789,51	-665,95
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
Custo de operação	-2.143,55	-4.268,96
Pessoal e administradores (inclui 289,54 de remuneração a administradores)	-1.958,95	-2.278,18
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	-165,03	-179,37
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	-441,28	-551,53
Depreciação e amortização	-232,20	-220,81
Provisões (Reversão)	-14,46	-70,73
Efeitos IFRS	774,25	-908,46
Outras	-105,88	-59,88

Custo do serviço prestado a terceiros	-3.962,17	-4.961,72
Lucro operacional bruto	1.363,65	1.786,83
Despesas operacionais	-1.151,07	-1.847,31
Despesas com vendas	33,21	-45,37
Despesas gerais e administrativas	-686,62	-903,43
Outras despesas operacionais	-497,66	-898,51
Resultado do serviço	212,58	-60,48
Resultado de participações societárias	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	126,42	-140,22
Renda de aplicações financeiras	3,13	9,39
Outras Receitas Financeiras	2,50	98,24
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	76,43	0,00
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	-16,59	0,00
Encargos de dívidas	-68,41	-34,96
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00
Outras Despesas Financeiras	129,36	-212,89
Resultado operacional	339,00	-200,70
Receita não operacional	0,00	0,00
Despesa não operacional	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	339,00	-200,70
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	339,00	-200,70
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro antes do item extraordinário	339,00	-200,70
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício / período	339,00	-200,70
(Prejuízo) Lucro por ação - R\$	5,3126	-3,1512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM
(Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	PERDAS NÃO-COBERTAS PELOS COOPERADOS	RESERVAS DE LUCRO		LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
					FATES	OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		
SALDOS 31/DEZ./12	62,91	528,02	-	-	-	461,33	32,55	1.084,81
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas	0,78							0,78
- Devolução de quotas								-
2 - AUMENTO DE RESERVAS						(200,70)	200,70	-
- Destinações conforme AGO								
- Destinações estatutárias					452,79	528,02		980,81
- Outros aumentos								-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS		(528,02)				(461,32)		(989,34)
- Realização de reservas							(32,55)	(32,55)
4 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES								
5 - AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (IFRIC 12)							(200,70)	(200,70)
6 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO								-
SALDOS 31/DEZ./13	63,69	-	-	-	452,79	327,33	-	843,81
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas	0,12							0,12
2 - AUMENTO DE RESERVAS								-
- Destinações conforme AGO								-
- Destinações estatutárias					67,80	67,80	(135,60)	-
- Outros aumentos								-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								-
- Realização de reservas					(0,56)	(0,01)		(0,57)
4 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES								-
5 - AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (IFRIC 12)							339,00	339,00
6 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO								-
MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	0,12	-	-	-	67,24	67,79	203,40	
SALDOS 31/DEZ./14	63,81	-	-	-	520,03	395,12	203,40	1.182,36

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Demonstração do Balanço Social - 2014 e 2013
(Valores expressos em R\$/Mil)

	2014			2013		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			5.325,82			6.748,55
Lucro Operacional (LO)			212,58			(60,48)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			2.965,70			3.537,43
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	26,63	0,90%	0,50%	78,07	2,63%	1,47%
Encargos sociais compulsórios	722,83	24,37%	13,57%	772,70	26,05%	14,51%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	128,09	4,32%	2,41%	290,11	9,78%	5,45%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1,93	0,07%	0,04%	9,37	0,32%	0,18%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	54,86	1,85%	1,03%	55,91	1,89%	1,05%
Outros Benefícios	82,70	2,79%	1,55%	39,99	1,35%	0,75%
Total	1.017,04	34,29%	19,10%	1.246,15	42,02%	23,40%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	17,42	8,19%	0,33%	26,28	12,36%	0,49%
Total de contribuições para a sociedade	17,42	8,19%	0,33%	26,28	12,36%	0,49%
Tributos - excluídos encargos sociais	68,90	32,41%	1,29%	107,46	50,55%	2,02%
Total	86,32	40,61%	1,62%	133,74	62,91%	2,51%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
			% sobre			% sobre
5 - Indicadores do corpo funcional				2014	2013	
				em	em	
				unidades	unidades	
Empregados no final do período				42	46	
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária				6	7	
Ensino médio				27	29	
Ensino fundamental				9	10	
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos				9	11	

De 30 até 45 anos (exclusive)	18	21
Acima de 45 anos	15	14
Admissões durante o período	9	8
Mulheres que trabalham na empresa	19	18
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	5	5,55
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	25,00	25,00
Negros que trabalham na empresa	14	7
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	7	14,28
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	25,00	25,00
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	67	70
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11	10,25
Maior remuneração	7,07	6,61
Menor remuneração	0,79	0,68
Acidentes de trabalho	1	1

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstração do Valor Adicionado

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

**Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2014	2013
Receitas	5.512,37	6.828,50
Venda de energia e serviços	5.493,62	6.944,60
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33,21	(45,37)
Provisão para contingências	(14,46)	(70,73)
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.278,03)	(2.825,98)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	543,62	(927,25)
Material e serviços de terceiros	(2.821,65)	(1.898,73)
(=) Valor adicionado bruto	3.234,34	4.002,52
(-) Quotas de reintegração	(249,72)	(238,22)
(=) Valor adicionado líquido	2.984,62	3.764,30
(+) Valor adicionado transferido	126,42	(140,22)
Receitas (Despesas) financeiras	126,42	(140,22)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	3.111,04	3.624,08
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.012,58	2.929,41
Remunerações	1669,59	2299,88
Encargos sociais (exceto INSS)	150,91	164,68
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	26,63	78,07
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	261,94	397,52
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(96,49)	(10,74)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	692,13	830,88
INSS (sobre folha de pagamento)	495,23	608,02
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00

Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	196,90	222,86
Financiadores	67,33	64,49
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	67,33	64,49
Acionistas	339,00	(200,70)
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	339,00	(200,70)
Valor adicionado (médio) por empregado	74,07	78,78
	0,00	0,00

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstração do Fluxo de Caixa

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2014	2013
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	5.659,67	6.345,80
Pagamentos a Fornecedores	(1.454,84)	(2.242,38)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(674,42)	(644,88)
Salários e Encargos Sociais	(2.348,29)	(3.130,96)
Caixa Gerada pelas Operações	1.182,12	327,58
Encargos Setoriais	(115,19)	(155,33)
Juros Pagos		0,00
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(138,46)	(214,44)
Tributos Estaduais (ICMS)	(167,34)	(36,46)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(64,87)	(4,72)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	696,26	(83,37)
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(29,29)	(12,76)
Associações e Convênios	(3,17)	(6,30)
Viagens	(13,09)	(14,92)
Outras Receitas/Despesas	(304,65)	604,13
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>346,06</i>	<i>486,78</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	(118,99)	(582,43)
Recebido pela Venda de Imobilizado		
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	12,55	(17,31)
Ativos regulatórios	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>(106,44)</i>	<i>(599,74)</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	2,68	7,59
Recebimentos de Empréstimos	3.215,22	1.225,99
Pagamentos de Empréstimos	(3.148,05)	(938,16)
Juros Pagos	(118,35)	(69,38)
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(248,14)	(117,19)
Outras Devoluções	0,00	0,00

<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<u>(296,64)</u>	<u>108,85</u>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	(57,02)	(4,11)
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	<u>140,25</u>	<u>144,36</u>
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	<u>83,23</u>	<u>140,25</u>
Variação pelo Caixa	(57,02)	(4,11)

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS
DAS
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)**

DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS:

CERES – COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira

1 Contexto Operacional

A CERES é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERES detém concessão válida até o ano de 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica na área de concessão compreendida nos municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conforme contrato de Concessão No 010/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2014), 4.454 consumidores divididos em 79,88% de consumidores urbanos e 20,12% de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 20/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às

Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Depachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013 e 4.786/2014.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 2.862,30 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 1.008,49 mil.

Para fins dos cálculos Tributários, conforme determinações da Instrução Normativa 1397/2013 da Receita Federal, que estabelece um regime transitório até a entrada em vigor da MP 627 em 2015 (opcionalmente em 2014), utilizamos o regime tributário baseado nos Resultados obtidos pelos critérios utilizados até 2007, convergidos através do RTT - Regime Tributário Transitório.

4 Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2014, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

- **Investimentos**

A CERES não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL 367/2009, em substituição às instruções da Portaria DNAEE 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no exercício de 2012.

Conforme regras do MCSE, o grupo Contábil 223 (Obrigações Especiais) foram transferidas como redutora do Ativo Imobilizado em Serviço, e, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, transferidas como redutora do Ativo Financeiro da Concessão à receber.

- **Imposto de renda diferido.**

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2014 ou anterior.

- **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

- **Apuração do resultado.**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- **Outros direitos e obrigações.**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Estrutura das demonstrações contábeis.

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que desde o exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Até o presente momento, a apuração da base tributária, conforme Instrução Normativa 1397/2013, é divergente nos quadros do Ativo e Passivo Regulatório e DRER, em função de não possuir a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Neste sentido, e, com o intuito de atender ao disposto na citada Instrução Normativa, demonstraremos ao final, Nota Explicativa contendo os quadros de Ativo Fiscal, Passivo Fiscal e Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A Concessionária não apresenta saldo em Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários em 2014, conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	<u>Legislação societária</u>	
				2014	2013
Bradesco S.A.	Aplicação CDB/PU24/001-D	Indeterminado	CDI /TR	0,00	101,52

Total		0,00	101,52
--------------	--	-------------	---------------

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2014 e 2013, estão assim elencados, a seguir:

	<u>Legislação societária</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Consumidores		
Faturados	1.210,47	1.159,67
Não faturados	299,82	281,36
Subtotal	<u>1.510,29</u>	<u>1.441,03</u>
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do MAE		
	0,00	0,00
Subtotal	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Total	<u>1.510,29</u>	<u>1.441,03</u>

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2014	2013	2014	2013
Residencial	198,79	52,95	52,80	304,54	(70,39)	(75,59)	234,15	192,12592
Industrial	5,61	-	-	5,61	-	-	5,61	5,87894
Comércio, Serviços e Outras Atividades	200,63	43,48	26,68	270,79	(28,20)	(24,22)	242,59	198,93
Rural	34,22	5,39	5,27	44,88	(5,40)	(4,83)	39,48	33,95
Poder Público	3,01	19,40	6,03	28,44	(6,46)	(9,64)	21,98	6,08
Federal	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Estadual	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Municipal	3,01	19,40	6,03	28,44	-6,46	-9,64	21,98	6,08
Iluminação Pública	24,02	67,26	464,27	555,55	(529,27)	(558,50)	26,28	49,27111
Serviço Público	0,09	0,38	0,18	0,65	-0,19	-0,35	0,46	0,29
Renda não Faturada	299,81	0,00	0,00	299,81	0,00	0,00	299,81	281,36
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	766,18	188,86	555,23	1.510,27	(639,91)	(673,13)	870,36	767,88
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	766,18	188,86	555,23	1.510,27	(639,91)	(673,13)	870,36	767,88

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
 - 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.
- Neste exercício houve aumento da PCLD na ordem de R\$ 639,91 (Reais/mil), decorrente, principalmente, da classe Industrial.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 112.51.9, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via

Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2014, importavam em: 315,51 R\$/MIL.

7 Conta de Resultado a Compensar - CRC

A CERES não possui valores na Conta de Resultado a Compensar – CRC.

8 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, (Curto e Longo Prazo), os valores de 2014 e 2013 estão assim distribuídos:

	Legislação societária	
	2014	2013
Contrato de mútuo	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	72,68	107,20
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Empréstimos compulsórios	0,00	0,00
PASEP a compensar	0,00	0,00
Caução do contrato da STN	0,00	0,00
Outros créditos a receber	4.448,60	3.834,59
Total	4.521,28	3.941,79

9 Investimentos

A CERES não possui nenhum Investimento que não seja direcionado ao seu próprio Ativo Imobilizado, integrante do Serviço Público de Energia Elétrica.

10 Imobilizado

	Legislação Societária	
	2014	2013
Em Serviço Societário	626,11	658,81
Em Curso Societário	0,00	0,00
Ativo Financ. da Concessão	1.233,25	929,44

Ativo Intangível da Concessão	1.855,95	1.694,66
Ativo Intangível em Curso	1.006,35	1.302,83
Reavaliação Regulatória Compulsória	3.664,34	0,00
Sob Total	8.386,00	4.585,74
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-224,76	-215,64
Sub Total	-224,76	-215,64
Total	8.161,24	4.370,10
Ativo Imobilizado Societário	626,11	658,81
Ativo Imob. Regulatório	8.161,24	4.370,10

Legislação societária

		2014	2013		
	Taxas anuais médias de deprec. (%)	Custo Regulatório	Depreciação e amortização acumulada Regulatório	Valor Líquido Regulatório	Valor Líquido Regulatório
Em serviço		-	-	-	-
Geração		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Distribuição					
Custo histórico	6,92%	5.301,46	-2.075,01	3.226,45	2.758,27
Correção monetária especial				-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória		7.492,92	-3.828,58	3.664,34	-
Comercialização					
Custo histórico	7,56%	97,60	-71,24	26,36	33,23
Correção monetária especial				-	-
Reaval. Regulatória Compulsória				-	-
Administração					
Custo histórico	11,87%	697,29	-234,80	462,49	491,41
Correção monetária especial				-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória				-	-
Atividades não vinc. à Conc. do Serviço Públ. de E.E.		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-

Correção monetária especial Reavaliação	-	-	-	-
	13.589,27	-6.209,63	7.379,64	3.282,91
Em curso				
Geração	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-
Distribuição	962,98	-	962,98	1.260,31
Comercialização	25,46	-	25,46	25,46
Administração	17,92	-	17,92	17,06
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-
	1.006,36	-	1.006,36	1.302,83
Total	14.595,63	-6.209,63	8.386,00	4.585,74

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais definidas pelas resoluções ANEEL n° 02/97, 44/99 e 240/06

As imobilizações ocorridas no exercício 2014 estão suportadas por informações formalmente prestadas pelos setores técnicos competentes, responsáveis pela execução física das mesmas.

	Legislação societária					Total
	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividades não vinculadas	
Juros contabilizados no resultado	0,00	0,00	77,61	41,42	0,00	119,03
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	77,61	41,42	0,00	119,03
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00	1.460,51	5,03	0,00	1.465,54
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	1.460,51	5,03	0,00	1.465,54

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.OX.X.X.X5 – Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil. Conforme Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314, de 27 de junho de 2007, somente as empresas que já passaram pelo segundo ciclo de revisão tarifária procederão ao cálculo e registro dessa reintegração sobre o valor total das Obrigações Especiais, independente da sua data de formação.

A Composição destas Obrigações:

	Legislação societária	
	2014	2013
Participação da União	0,00	0,00
Participação dos Estados	0,00	0,00
Participação dos Municípios	0,00	0,00
Participação do consumidor	36,07	34,87
Outros	188,69	180,77
Total	224,76	215,64

Demonstrativo do Valor Reintegrado:

Obrigações Especiais	2014	2013
Valor Original	232,15	215,64
Reintegração Acumulada	(7,39)	-
Valor Líquido	224,76	215,64

A Resolução ANEEL nº 223 de 29/04/2003 e a Resolução Normativa da ANEEL No. 250 de 13/02/2007, que estabeleceram as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e, visaram o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 de Lei nº 10.438 de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tais fatores já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores nos exercícios apresentados.

Apesar da Agência Reguladora (ANEEL) ter recepcionado a aplicação do CPC27 pelo Despacho 4.722/2009, corroboramos com o entendimento da mesma no que tange a não aplicação de uma referência feita no ICPC 10, no sentido que *“O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.”* Tal fato se dá que, é competência do agente regulador definir a vida útil e a depreciação dos bens do agente. Desta forma, não há necessidade de avaliação periódica, uma vez que o Órgão Regulador além de determinar estudos de vida útil dos bens do Agente, promove ações coordenadas de avaliação a cada 4 anos no Processo de Revisão Tarifária Periódica.

11 Diferido

A CERES não possui nenhum valor registrado em seu Ativo Diferido nos Exercícios de 2013 e 2014.

12 Fornecedores

	Legislação societária	
	2014	2013
Ampla Energia e Serviços S. A.	1.200,58	52,70
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	1.200,58	52,70
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	193,54	56,14
Sub Total - Materiais e Serviços	193,54	56,14
Total	1.394,12	108,84

13 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante		Longo Prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2014	2013
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Banco Santander	208,45	173,56	382,01	319,30	319,30
Total	319,30	173,56	382,01	319,30	319,30

14 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2014 e 2013.

	Legislação societária	
	2014	2013
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,53	2,18
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6,52	3,67
0,3 % CCC sobre Sistemas Isolados	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	122,78	146,14
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	42,80	31,53
Total	174,63	183,52

15 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERES não possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERES no exercício de 2014 e anteriores.

17 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2014			2013		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	60,80	60,80	62,47	71,30	62,47
Subtotal	0,00	60,80	60,80	62,47	71,3	62,47
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	14,46	23,54	23,54	0,00	607,64	0,00
Subtotal	14,46	23,54	23,54	0,00	607,64	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14,46	84,34	84,34	62,47	678,94	62,47

- **Contingências Trabalhistas**

Ocorreram provisões de contingências trabalhista no exercício de 2014 no valor de R\$ 60,80 mil.

- **Contingências Fiscais**

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2014.

- **Contingências Cíveis**

Ocorreram provisões no exercício de 2014 na ordem de R\$ 14,46 mil, totalizando no passivo R\$ 23,54 mil. Possuímos também o saldo de R\$ 153,00 mil em depósitos vinculados a litígio no ativo não circulante.

18 Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63,81 (Reais/mil), composto conforme quadro a seguir, vejamos:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2014		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Vander Leite Gomes	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,02%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	12	0,10%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,04%
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Sub total	27	0,23%
CONSELHO FISCAL 2014		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Anísio Rodrigues da Costa	3	0,03%
Gilmar de Lima Almeida	15	0,13%
José Luiz de Almeida	2	0,02%
José Donizete de Oliveira	2	0,02%
Vera Lúcia Miranda Assis Queiroz	1	0,01%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Sub Total	27	0,23%
DEMAIS COOPERADOS 2014		
Demais Cooperados Totalizando 2.795 Cotistas	11.746	99,54%
Total geral	11.800	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2014	2013
Reservas para investimentos	0,00	0,00
FATES	520,03	452,80
Fundo de Reserva	0,00	0,00
Reservas p/ investimentos em Geração de Energia	0,00	0,00
Sub Total	520,03	452,80
Total da Reserva de Capital	520,03	452,80

Reservas de Lucros

	Legislação Societária	
	2014	2013
Reserva legal	395,12	327,32
Lucros a realizar	0,00	0,00
Reserva para Contingencias	0,00	0,00
Lucros Acumulados a disposição da AGO	203,40	0,00
Capital social	63,81	63,69
Sub Total	662,33	391,01
Total das Reservas	1.182,36	843,81

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2014 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

19 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2014 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio e capitalização das sobras.

20 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de consumidores		MWh		Legislação societária	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Consumidores						
Residencial	3.601	3.436	6.939,10	6.165,06	2.526,54	2.897,78
Industrial	4	5	181,75	189,80	66,86	88,41
Comercial	548	529	6.693,29	6.084,54	2.298,76	2.603,62
Rural	275	271	1.909,81	1.754,14	424,55	482,02
Poder público	16	14	139,03	112,11	50,34	50,35
Iluminação pública	8	8	1.504,31	1.434,62	277,32	328,95
Serviço público	1	1	4,56	4,14	1,39	1,56
Consumo próprio	1	1	5,94	7,03	4,29	3,18
Sob total	4.454	4.265	17.377,79	15.751,44	5.650,05	6.455,87
Revendedores						
Suprimento	0	0	0	0	0	0
Suprimento - curto prazo	0	0	0	0	0	0
Sob total	0	0	0	0	0	0
Total	4.454	4.265	17.377,79	15.751,44	5.650,05	6.455,87

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

21 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2014 e 2013 a CERES não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

22 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	2014	2013	2014	2013
Ampla Energia e Serviços S. A.	17.713,27	16.030,047	1.704,61	579,58
PROINFA	491,12	250,439	84,90	86,38
Total	18.204,39	16.280,486	1.789,51	665,96

23 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação societária		Legislação societária	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	Despesas		Despesas		Despesas	
	Com vendas		Operacionais		Gerais	
Pessoal						
Remunerações	539,47	732,10	1.083,61	1.373,16	0,00	0,00
Encargos Sociais	217,36	282,24	436,10	508,08	0,00	0,00
Auxílio alimentação	9,24	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	14,77	43,87	65,85	28,18	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	-32,43	10,79	-99,91	-28,06	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	3,13	0,00	8,66	0,00	0,00
Outros benefícios	90,28	188,13	163,46	388,15	0,00	0,00
Total Pessoal	838,70	1.259,25	1.669,11	2.278,18	0,00	0,00
Material	31,22	51,18	165,03	179,37	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	394,50	450,71	441,28	551,53	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	14,02	25,06	53,31	39,43	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	17,51	17,41	232,20	220,81	0,00	0,00
Provisões	-33,21	45,37	14,46	70,73	0,00	0,00
Provisões (PDD)	-33,21	45,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	14,46	70,73	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	1789,63	665,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	10,71	10,10	18,40	16,70	0,00	0,00
Tributos	8,37	19,54	19,23	46,57	0,00	0,00
Outras	-120,16	-21,21	-451,07	882,35	0,00	0,00
Total Outras	1.688,55	674,38	-413,44	945,62	0,00	0,00
Total Geral	2.951,29	2.523,36	2.161,95	4.285,67	0,00	0,00

24 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, a partir de fev de 2010, com a mudança do MCSE, essa obrigatoriedade foi extinta. A CERES, por ter assinado o contrato de concessão recentemente ainda não obrigatoriedade de aplicar a norma.

	Legislação societária						2014	2013
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	194,25	1.855,72	0,00	2.049,97	247,85	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	194,25	1.855,72	0,00	2.049,97	247,85	
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	194,25	1.855,72	0,00	2.049,97	247,85	

25 Resultado Não Operacional

	Legislação societária	
	2014	2013
Receitas não Operacionais	0,00	0,00
Prejuízo na desativação de bens e direitos	0,00	0,00
Prejuízo na alienação de bens e direitos	0,00	0,00
Outras despesas não operacionais	0,00	0,00
Sub Total (Despesas não Operacionais)	0,00	0,00
Resultado não Operacional	0,00	0,00

26 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social não são aplicadas, visto que as operações da

CERES foram todas com associados, caracterizando, conforme lei 5.764/71 ato cooperativo, desta forma não havendo incidência da aplicação de IRPJ e CSLL

	Legislação societária	
	2014	2013
Sobras (Perdas) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	339,00	(200,70)
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	0,00	0,00
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	0,00	0,00

27 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2014.

28 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERES como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e cestas básicas.

29 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2014 e 2013. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

	legislação societária	
	2014	2013
Remuneração	375,56	455,90
Encargos	76,69	116,30
Total	452,25	572,20

30 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2014 e 2013.

31 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2014, as Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

Legislação societária						
Balanco patrimonial	Em 31 de dezembro de 2014					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
ATIVO						
Circulante	0,00	0,00	1.008,68	965,60	0,00	1.974,28
Numerário disponível	0,00	0,00	42,52	40,71	0,00	83,23
Aplicações no mercado aberto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00	0,00	811,00	776,36	0,00	1.587,36
Rendas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	0,00	0,00	115,92	110,97	0,00	226,89
Depósitos judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	0,00	0,00	-326,94	-312,97	0,00	-639,91
Serviços em curso	0,00	0,00	36,43	34,87	0,00	71,30
Titulos de Valores Mobiliarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a Compensar	0,00	0,00	59,75	57,20	0,00	116,95
Estoque	0,00	0,00	42,57	40,75	0,00	83,32
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00	0,00	10,69	10,23	0,00	20,92
Outros créditos	0,00	0,00	216,74	207,48	0,00	424,22
Ativo Não-Circulante	0,00	0,00	3.801,69	3.639,33	0,00	7.441,02
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	2.019,43	1.933,18	0,00	3.952,61
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00	78,17	74,83	0,00	153,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	515,25	493,24	0,00	1.008,49
Outros créditos	0,00	0,00	1.426,01	1.365,11	0,00	2.791,12
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00	319,89	306,22	0,00	626,11
Intangível	0,00	0,00	1.462,38	1.399,92	0,00	2.862,30
Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	0,00	0,00	4.810,37	4.604,93	0,00	9.415,30

Legislação societária

Balço patrimonial		Em 31 de dezembro de 2014				
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
PASSIVO						
Passivo Circulante	0,00	0,00	1.703,02	1.630,30	0,00	3.333,32
Fornecedores	0,00	0,00	712,27	681,85	0,00	1.394,12
Folha de pagamento	0,00	0,00	54,36	52,03	0,00	106,39
Encargos de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	106,50	101,95	0,00	208,45
Taxas regulamentares	0,00	0,00	4,62	4,43	0,00	9,05
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00	264,25	252,97	0,00	517,22
Passivos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores diversos	0,00	0,00	333,44	319,20	0,00	652,64
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações estimadas	0,00	0,00	142,99	136,88	0,00	279,87
Provisões para contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo de Capacidade Emergencial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	0,00	0,00	21,87	20,93	0,00	42,80
Programa de Eficiência Energética	0,00	0,00	62,73	60,05	0,00	122,78
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exigível a longo prazo	0,00	0,00	2.503,26	2.396,36	0,00	4.899,62
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	88,67	84,89	0,00	173,56
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	2.138,05	2.046,75	0,00	4.184,80
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para contingências	0,00	0,00	43,09	41,24	0,00	84,33
Outras contas a pagar	0,00	0,00	233,45	223,48	0,00	456,93
Patrimônio líquido	0,00	0,00	604,08	578,28	0,00	1.182,36
Capital social	0,00	0,00	32,60	31,21	0,00	63,81
Reservas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00	467,56	447,59	0,00	915,15
Lucros (prejuízos) acumulados	0,00	0,00	103,92	99,48	0,00	203,40
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do passivo	0,00	0,00	4.810,37	4.604,93	0,00	9.415,30

Legislação societária

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Em 31 de dezembro de 2014						
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
Receita operacional	0,00	0,00	7.669,20	-2.175,59	0,00	5.493,61
Fornecimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	-1.848,05	0,00	-1.848,05
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00	4.934,96	0,00	0,00	4.934,96
Outras receitas operacionais	0,00	0,00	2.372,27	-327,54	0,00	2.044,73
Receitas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	361,97	0,00	0,00	361,97
Deduções da receita operacional	0,00	0,00	-167,79	0,00	0,00	-167,79
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASEP-PIS	0,00	0,00	-7,31	0,00	0,00	-7,31
COFINS	0,00	0,00	-33,97	0,00	0,00	-33,97
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quota para RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	0,00	-29,06	0,00	0,00	-29,06
Cota de Desenvolvimento Energético - CDE	0,00	0,00	-68,38	0,00	0,00	-68,38
Cota de Consumo de Combustível - CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P & D, MME, FNDCT	0,00	0,00	-29,07	0,00	0,00	-29,07

Outros (CCC Sistemas Isolados - 0,3%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita operacional líquida	0,00	0,00	7.501,41	-2.175,59	0,00	5.325,82
Custo do serviço de energia elétrica	0,00	0,00	-18,40	-1.800,22	0,00	-1.818,62
Custo com energia elétrica	0,00	0,00	-18,40	-10,71	0,00	-29,11
Energia elétrica comprada para revenda	0,00	0,00	0,00	-1.789,51	0,00	-1.789,51
Encargo de Uso do Sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo de operação	0,00	0,00	-2.143,55	0,00	0,00	-2.143,55
Pessoal e administradores	0,00	0,00	-1.958,95	0,00	0,00	-1.958,95
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	-165,03	0,00	0,00	-165,03
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de terceiros	0,00	0,00	-441,28	0,00	0,00	-441,28
Depreciação e amortização	0,00	0,00	-232,20	0,00	0,00	-232,20
Provisões	0,00	0,00	-14,46	0,00	0,00	-14,46
Outras	0,00	0,00	774,25	0,00	0,00	774,25
Despesas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	-105,88	0,00	0,00	-105,88
Custo do serviço prestado a terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro operacional bruto	0,00	0,00	5.339,46	-3.975,81	0,00	1.363,65
Despesas operacionais	0,00	0,00	0,00	-1.151,07	0,00	-1.151,07
Despesas com vendas	0,00	0,00	0,00	33,21	0,00	33,21
Despesas gerais e administrativas	0,00	0,00	0,00	-686,62	0,00	-686,62
Outras despesas operacionais	0,00	0,00	0,00	-497,66	0,00	-497,66
Resultado de participações societárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do serviço	0,00	0,00	5.339,46	-5.126,88	0,00	212,58
Receita (despesa) financeira	0,00	0,00	73,49	52,93	0,00	126,42
Renda de aplicações financeiras	0,00	0,00	1,90	1,23	0,00	3,13
Outras Receitas Financeiras	0,00	0,00	2,00	0,50	0,00	2,50
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00	39,50	20,34	0,00	59,84
Encargos de dívidas	0,00	0,00	-68,41	0,00	0,00	-68,41

Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente (líquido de R\$ ____, transferido para o custo de obra nota XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras (Receitas e Despesas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	98,50	30,86	0,00	129,36
Resultado operacional	0,00	0,00	5.412,95	-5.073,95	0,00	339,00
Receita não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Não Operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	0,00	0,00	5.412,95	-5.073,95	0,00	339,00
Contribuição social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	5.412,95	-5.073,95	0,00	339,00
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	5.464,65	-5.125,65	0,00	339,00
Dividendos Propostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	0,00	0,00	5.464,65	-5.125,65	0,00	339,00
Lucro (prejuízo) por ação - R\$	0,00	0,00	85,80	-80,48	0,00	5,32
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) por ação - R\$	0,00	0,00	85,80	-80,48	0,00	5,32

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Nas Unidades de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, acrescidas dos faturamentos de transferências virtuais entre as Unidades de Negócio da CERES, por transferências de preços contratados ou virtualmente contratados entre as partes, conforme segue:

Receita da unidade	G	T	D	C	AV	TOTAL
Geração – G	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transmissão – T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição – D	0,00	0,00	4.934,96	0,00	0,00	4.934,96
Comercialização – C	0,00	0,00	(4.934,96)	3.086,91	0,00	(1.848,05)
Ativ. não Vinculadas – AV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	3.086,91	0,00	3.086,91

O cálculo da transferência de Receita entre Atividades foi realizada a partir da Demanda de Utilização das Redes em cada mês, utilizando-se tarifas médias de venda da TUSD, conforme determinação da SFF/ANEEL.

A conciliação da demonstração de Ativo/Passivo foi realizada pela proporção do Resultado Operacional de cada uma das Unidades de Negócio.

Todos os grupos (Ativo/Passivo e Resultado) estão totalmente conciliados com a demonstração geral da Empresa, não havendo diferenças a demonstrar.

As Receitas e Despesas Operacionais já foram contabilizadas em cada Unidade de Negócio, tendo esse já absorvido o rateio da Administração Geral realizado mensalmente pela Empresa.

Para atendimento do CPC 22 – Informações por Segmento, as premissas contidas no MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, mais precisamente na Instrução Contábil 9.17, sub item 40, onde estabelece que se deve divulgar o Resultado por Atividade (Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização e Não Vinculados), está em consonância com os preceitos fundamentais para a aplicação do CPC em questão. Por esse motivo, o Ativo apresentado nesta nota demonstra os valores no formato "SOCIETÁRIO"

32 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

A CERES parcelou o ICMS através da Anistia Convênio 128/2013, através dos seguintes requerimentos:

- E14-010.000.817/2014 – Valor Consolidado da Dívida: R\$ 4.733,07
Honorários: R\$ 425,98
- E14-010.000.719/2014 – Valor Consolidado da Dívida: R\$ 57,87
Honorários: R\$ 4,05

A CERES aderiu aos seguintes parcelamentos de INSS:

- Parcelamento Especial RFB/PGFN da Lei 12.996/2014 - Dívida Ativa - Previdenciário
Valor: R\$ 352,35
- Parcelamento Simplificado Previdenciário INSS/RFB
Valor: R\$ 254,46

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	vigência	Vlr segurado	Prêmio
Veículos	07/04/2014 a 07/04/2015	70,33	6,08
Seguro Capital de Giro	18/12/2014 a 18/12/2016	100,00	3,51

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

02 FIAT STRADA CAB. SIMPLES WORKING 1.4 Fabr./Modelo: 2014/2014

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

34 Eventos Subseqüentes

34.1 Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2009 e inicial de 2010, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4.815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº. 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4.722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 15/03/2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL 396/2010 que veio, entre outras ações, oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórios. Tal determinação já é visível em nossa Concessionária, com a edição dos quadros ATIVO/PASSIVO/DRE REGULATÓRIO e

ATIVO/PASSIVO/DRE SOCIETÁRIO. Ainda nesta linha, a SFF/ANEEL, para o encerramento do exercício de 2011, determinou, através do Despacho 4991/2011-SFF/ANEEL, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo/Passivo/DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Nossa Empresa já procedeu a tais implementações. Para o Exercício de 2014, espera-se a imposição de grandes mudanças nesta linha, inclusive, que culminarão na duplicidade dos livros oficiais contábeis, onde teremos livros para os fins regulatórios e livros para os fins societários.

Adicionalmente, durante o exercício de 2014, várias reuniões foram marcadas entre Agentes do Setor Elétrico e SFF/ANEEL, para discussão sobre o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico implementado em 2014 para utilização em 2015. Tal marco regulatório trará contas novas, totalmente recompostas e com máscara totalmente renovada, o que dificultará a implementação nos Sistemas informatizados. A CERES se prepara para enfrentar esse novo desafio, assim que o mesmo for definitivamente aprovado pela Diretoria da ANEEL e determinada a sua utilização.

35 Racionamento de Energia Elétrica

Não houve nos exercícios de 2013 e 2014 intervenção governamental ou de outra natureza que nos levasse a efetuar racionamento de energia elétrica. A CERES tem trabalhado na educação da nova geração, pelo uso consciente da energia, contribuindo para evitar-se um futuro racionamento.

36 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2014, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinamentos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social

CIPA CERES: A CERES não possui CIPA, mas tem 1 (um) técnico especializado na área de segurança.

Alimentação: A CERES distribui mensalmente uma cesta básica para todos os funcionários.

Demonstração do Balanço Social - 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	2014			2013		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			5.325,82			6.748,55
Lucro Operacional (LO)			212,58			(60,48)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			2.965,70			3.537,43
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	26,63	0,90%	0,50%	78,07	2,63%	1,47%
Encargos sociais compulsórios Entidade de previdência privada	722,83	24,37%	13,57%	772,70	26,05%	14,51%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	128,09	4,32%	2,41%	290,11	9,78%	5,45%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	1,93	0,07%	0,04%	9,37	0,32%	0,18%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	54,86	1,85%	1,03%	55,91	1,89%	1,05%
Outros Benefícios	82,70	2,79%	1,55%	39,99	1,35%	0,75%
Total	1.017,04	34,29%	19,10%	1.246,15	42,02%	23,40%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	17,42	8,19%	0,33%	26,28	12,36%	0,49%
Total de contribuições para a sociedade	17,42	8,19%	0,33%	26,28	12,36%	0,49%
Tributos - excluídos encargos sociais	68,90	32,41%	1,29%	107,46	50,55%	2,02%
Total	86,32	40,61%	1,62%	133,74	62,91%	2,51%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

5 - Indicadores do corpo funcional	2014	2013
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	42	46
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	6	7
Ensino médio	27	29
Ensino fundamental	9	10

Faixa etária dos empregados

Abaixo de 30 anos	9	11
De 30 até 45 anos (exclusive)	18	21
Acima de 45 anos	15	14
Admissões durante o período	9	8
Mulheres que trabalham na empresa	19	18
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	5	5,55
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	25,00	25,00
Negros que trabalham na empresa	14	7
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	7	14,28
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	25,00	25,00
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	67	70
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11	10,25
Maior remuneração	7,07	6,61
Menor remuneração	0,79	0,68
Acidentes de trabalho	1	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

37 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

(Valores expressos em milhares de reais)

em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Legislação Societária

	2014	2013
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	5.659,67	6.345,80
Pagamentos a Fornecedores	-1.454,84	-2.242,38
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	-674,42	-644,88
Salários e Encargos Sociais	-2.348,29	-3.130,96
Caixa Gerada pelas Operações	1.182,12	327,58
Encargos Setoriais	-115,19	-155,33
Juros Pagos		0,00
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	-138,46	-214,44
Tributos Estaduais (ICMS)	-167,34	-36,46
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	-64,87	-4,72
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	696,26	-83,37
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	-29,29	-12,76
Associações e Convênios	-3,17	-6,30
Viagens	-13,09	-14,92
Outras Receitas/Despesas	-304,65	604,13
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>346,06</i>	<i>486,78</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	-118,99	-582,43
Recebido pela Venda de Imobilizado		
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	12,55	-17,31
Ativos regulatórios	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>-106,44</i>	<i>-599,74</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	2,68	7,59
Recebimentos de Empréstimos	3.215,22	1.225,99
Pagamentos de Empréstimos	-3.148,05	-938,16
Juros Pagos	-118,35	-69,38
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	-248,14	-117,19
Outras Devoluções	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>-296,64</i>	<i>108,85</i>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	-57,02	-4,11
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	140,25	144,36
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	83,23	140,25

Varição pelo Caixa	-57,02	-4,11
--------------------	--------	-------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

38 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação societária</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas	5.512,37	6.828,50
Venda de energia e serviços	5.493,62	6.944,60
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33,21	-45,37
Provisão para contingencias	-14,46	-70,73
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.278,03)	(2.825,98)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	543,62	-927,25
Material e serviços de terceiros	-2.821,65	-1.898,73
(=) Valor adicionado bruto	3.234,34	4.002,52
(-) Quotas de reintegração	(249,72)	(238,22)
(=) Valor adicionado líquido	2.984,62	3.764,30
(+) Valor adicionado transferido	126,42	(140,22)
Receitas (Despesas) financeiras	126,42	(140,22)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	3.111,04	3.624,08
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.012,58	2.929,41
Remunerações	1669,59	2299,88
Encargos sociais (exceto INSS)	150,91	164,68
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	26,63	78,07

Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	261,94	397,52
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(96,49)	(10,74)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	692,13	830,88
INSS (sobre folha de pagamento)	495,23	608,02
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	196,90	222,86
Financiadores	67,33	64,49
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	67,33	64,49
Acionistas	339,00	(200,70)
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	339,00	(200,70)
Valor adicionado (médio) por empregado	74,07	78,78

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

39 Atividades não Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

A CERES não possui ou desenvolve nenhuma atividade não vinculada a sua Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

40 Análise Econômico-Financeira

40.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERES, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, sendo que, ao término do exercício de 2013, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 7.139,43 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 46,42 % que foi de R\$ 4.876,10 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2014 foram de 4.454, já em 2013 foi de 4.265 ocasionando um aumento de 4,43% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2014 importou em R\$ 2.507,81 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.933,52 (Reais/mil), ocasionado uma diminuição de 16,98% em relação ao ano anterior.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2014, importou em R\$ 126,42 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2013, houve um Resultado Financeiro R\$ (140,22) (Reais/mil).

40.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2014	2013
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	0,59	0,94
Seca	(AC - E) / PC	R\$	0,57	0,89
Absoluta	AD / PC	R\$	0,02	0,08
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	0,73	0,66
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	6,17	(2,89)
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	3,87	(0,87)
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	6,17	(2,89)
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	531,26	(315,12)
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	28,67	(23,78)
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	3,52	(2,19)
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimen	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	87,73	90,80
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	12,27	9,20
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	36,19	39,88
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	63,81	60,12
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	5.466,87	5.740,78
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	5.466,87	5.740,78
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	(1,36)	(0,11)

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

41 Empreendimentos em Conjuntos

A CERES não possui empreendimento em conjunto, exceção feita ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que é realizado de forma cooperada com outras empresas do Setor Elétrico, através de projeto denominado conforme quadro demonstrativo abaixo:

ANEEL PD-103-0002/2011 - Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rirais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas, com desenvolvimento previsto em 36 meses (início em 01 de fevereiro de 2012 e término em 31 de janeiro de 2015), de acordo com quadro demonstrativo abaixo:

Código ANEEL	Empresa	CNPJ	Recurso (R\$)
0103	CHESP	01377555000110	573,00
0381	ELFSM	2748506900109	90,00
5379	CETRIL	49313653000110	110,00
6609	CERNHE	53176038000186	9,00
5386	CERIM	50235449000107	45,00
5366	CEDRI	50105865000190	7,00
5378	CERIPA	49606312000132	125,28
6610	CERMC	52548732000114	13,00
5384	CERPRO	44560381000139	8,00
5385	CERRP	45598678000119	28,00
5382	CERIS	57384943000182	18,00
4248	CERAL-DIS	10532365000110	14,00

0088	EFLJC	86301124000122	19,00
5274	CERES	31465487000101	27,00
2904	COOPERALIANÇA	83647990000181	185,00
5381	CEDRAP	60196987000193	31,00
5377	CERCOS	13107842000199	21,00

42 Compensação de Variação de Custos da Parcela A (neutralidade)

A CERES não possui compensação de variação de Custos da Parcela A – CVA, porém apresenta os seguintes quadros de controle da neutralidade da Parcela A abaixo:

NEUTRALIDADE - QUOTA DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE – ACOMPANHAMENTO 2014

	CDE				CORREÇÃO
	TARIFA	PAGO	DIF.	ATUALIZAÇÃO	
mar/14	5.979,30	3.668,46	(2.310,84)	(2.466,13)	155,29
abr/14	6.504,76	3.668,46	(2.836,30)	(3.006,75)	170,45
mai/14	6.841,65	6.518,56	(323,09)	(340,94)	17,85
jun/14	5.829,44	6.518,56	689,12	724,29	(35,17)
jul/14	6.260,91	6.518,56	257,65	270,77	(13,12)
ago/14	6.590,98	6.518,56	(72,42)	(75,91)	3,50
set/14	6.172,47	6.518,56	346,09	360,75	(14,66)
out/14	7.008,84	6.518,56	(490,28)	(508,91)	18,64
nov/14	6.622,77	6.518,56	(104,21)	(107,62)	3,41
dez/14	6.849,02	6.518,56	(330,46)	(338,64)	8,18

Ativa Acum	62,96	1.292,85	1.355,81	
Passiva Acum	(377,31)	(6.467,60)	(6.844,91)	304,35

NEUTRALIDADE - QUOTA DO PROGRAMA DE INCENTIVO AS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA - PROINFA – ACOMPANHAMENTO 2014

	PROINFA				
	TARIFA	PAGO	DIF.	ATUALIZAÇÃO	CORREÇÃO
mar/14	8.335,23	8.214,58	(120,65)	(128,76)	8,11
abr/14	9.067,72	8.214,58	(853,14)	(904,41)	51,27
mai/14	9.537,36	9.959,34	421,98	445,30	(23,31)
jun/14	8.126,32	9.086,96	960,64	1.009,67	(49,03)
jul/14	8.727,79	9.086,96	359,17	377,46	(18,29)
ago/14	9.187,91	9.086,96	(100,95)	(105,82)	4,88
set/14	8.604,51	9.086,96	482,45	502,90	(20,44)
out/14	9.770,41	9.086,96	(683,45)	(709,43)	25,98
nov/14	9.232,22	9.086,96	(145,26)	(150,02)	4,76
dez/14	9.547,63	9.086,96	(460,67)	(472,07)	11,40

Ativa Acum	111,08	2.224,25	2.335,32	64,07
Passiva Acum	(106,39)	(2.364,11)	(2.470,50)	13,32

NEUTRALIDADE - QUOTA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE – ACOMPANHAMENTO 2014

	TFSEE				
	TARIFA	PAGO	DIF.	ATUALIZAÇÃO	CORREÇÃO
mar/14	2.316,65	2.178,96	(137,69)	(146,95)	9,25
abr/14	2.520,24	2.525,59	5,35	5,67	(0,32)
mai/14	2.650,77	2.525,59	(125,18)	(132,09)	6,92
jun/14	2.258,59	2.525,59	267,00	280,63	(13,63)
jul/14	2.425,76	2.525,59	99,83	104,91	(5,08)
ago/14	2.553,64	2.525,59	(28,05)	(29,41)	1,36
set/14	2.391,49	2.525,59	134,10	139,78	(5,68)
out/14					

	2.715,54	2.525,59	(189,95)	(197,17)	7,22
nov/14	2.565,96	2.525,59	(40,37)	(41,69)	1,32
dez/14	2.653,62	2.525,59	(128,03)	(131,20)	3,17

Ativa Acum	24,72	506,28	530,99	11,61
Passiva Acum	(29,23)	(649,27)	(678,50)	3,28

Conclusão: Encerramos o exercício de 2014 com os seguintes valores pendentes em nossa Neutralidade:

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	R\$/Mil
Neutralidade parcela A - CDE ATIVA - 2014/2015	1,36
Neutralidade parcela A - CDE PASSIVA - 2014/2015	-6,84
Neutralidade parcela A - CDE PASSIVA - REALIZAÇÃO - IRT 2014	-4,20

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	R\$/Mil
Neutralidade parcela A - PROINFA ATIVA - 2014/2015	2,34
Neutralidade parcela A - PROINFA PASSIVA - 2014/2015	-2,47
Neutralidade parcela A - PROINFA PASSIVA - REALIZAÇÃO - IRT 2014	-2,76

TFSEE - Taxa de Fiscalização ANEEL	R\$/Mil
Neutralidade parcela A - TFSEE ATIVA - 2014/2015	0,53
Neutralidade parcela A - TFSEE PASSIVA - 2014/2015	-0,68
Neutralidade parcela A - TFSEE PASSIVA - REALIZAÇÃO - IRT 2014	-0,97
Neutralidade parcela A - CCC PASSIVA- REALIZAÇÃO - IRT 2014	-5,01
Neutralidade parcela A - RGR PASSIVA - REALIZAÇÃO - IRT 2014	-6,96

43 Créditos Fiscais

Período Apurado	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2014	IRF a Compensar	4,98	0,00	4,98
31/12/2014	Contribuição Social Lucro Líquido a Compensar	6,09	0,00	6,09
31/12/2014	Refis a Recuperar	103,43	0,00	103,43

31/12/2014	PIS a Compensar	0,37	0,00	0,37
31/12/2014	COFINS a Compensar	1,72	0,00	1,72
31/12/2014	FGTS a compensar (Pago a Maior)	0,06	0,00	0,06
31/12/2014	INSS a compensar (Pago a Maior)	0,27	0,00	0,27
31/12/2014	PIS s/ salários a compensar (Pago a Maior)	0,01	0,00	0,01
Total Geral				116,95

A CERES possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

44 Instituição do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do Setor. Tal Manual tem sido constantemente atualizado e revisto pela SFF/ANEEL e atualmente, denominou-se Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Na constante atualização e modernização deste Manual, a SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a harmonização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4º, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL nº 4.722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Já no exercício de 2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL nº 396/2010, que, além de atualizações, institui a diferenciação da Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária, as quais trouxeram algumas alterações para o exercício de 2010 e grandes

alterações de procedimento para o exercício de 2011. Entre elas, podemos destacar as já contempladas neste Balanço: Novos quadros do Ativo Regulatório, Passivo Regulatório, Demonstração do Resultado Regulatório, Notas Conciliatórias e explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias. Para o exercício de 2012, já estão previstos a duplicidade dos livros Diário, Razão e Balancetes.

Ainda nesta linha, no Despacho No. 4413/2013-SFF/ANEEL, a ANEEL se pronunciou que, após quase dois anos de trabalho, foi concluída a revisão do MCSE. Ao longo do trabalho foi realizada consulta e audiência pública, esta em duas fases, para obter contribuições para o trabalho. Foram realizadas diversas reuniões técnicas com representantes das empresas e das associações para discutir o encaminhamento das propostas em audiência pública. Por fim, o citado Despacho declara que: "Por decisão do Diretor Relator, a deliberação do processo que trata da revisão do MCSE será em janeiro de 2014. Os prazos de implantação e vigência da norma permanecem inalterados. As empresas tiveram o ano de 2014 para realizarem todos os ajustes necessários nos sistemas corporativos em atendimento ao novo texto do MCSE. Sua vigência será a partir de 1o. de janeiro de 2015."

Após todas essas modificações, a SFF/ANEEL julgou ser necessário um Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, e, após a formação de um grupo de trabalho e várias audiências públicas, foi publicada a nova norma através da Resolução Normativa ANEEL No. 605/2014, com vigência a partir de 01/01/2015. Nossa Concessionária já vive os ajustes necessários para pleno cumprimento da nova diretiva Setorial. Este novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, vem trazer importantes melhorias na gestão contábil, bem como maior facilidade nas adaptações às necessárias Contabilidade Societária e Contabilidade Fiscal.

Salientamos que o presente saldo até o ano de 2013 fazia parte somente do Balanço Regulatório, porém, após a assinatura do Aditivo ao Contrato de Concessão em 07/12/2014, nossa Empresa foi autorizada pelas normas do IFRS a fazer esse reconhecimento no Balanço Societário. Tal Orientação Técnica está disposta no OCPC 08.

45 Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERES, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido feito o serviço de "Poda de Árvores" que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

46 Energia Livre

A CERES, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Ampla Energia e Serviços S. A., conforme instruções do Órgão Regulador.

47 RTE

A CERES, devido não ter sido afetada diretamente pelo racionamento de energia elétrica, não teve direito à edição de RTE do racionamento. Teve, contudo, em função da Resolução Normativa da ANEEL No. 521/2012, Decreto 7.891/2013 e MP 579/2012, a publicação de RTE para a concessão de Descontos na Energia para seus consumidores, cujo compensação deveria ser realizada de duas formas: a) Pela diminuição dos Encargos Setoriais; e b) Pelo depósito de Subvenção Federal compensatória.

Efetivamente ocorreu a diminuição dos Encargos. Já com relação à subvenção, não tem sido depositada no prazo regulamentar, ocasionando grandes problemas de caixa à Concessionária.

Esta RTE foi publicada através da Resolução ANEEL 1.470/2013.

48 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores classificados na classe Residencial Baixa Renda.

49 Ativo Regulatório – PIS/COFINS

No exercício de 2014, a CERES não possui saldo credor de PIS/COFINS cumulativo. Existe, contudo, a ocorrência da cobrança, por parte de nossa Supridora, de valores de PIS/COFINS não previstos em nossa tarifa. A CERES estuda, durante o exercício de 2015, consultar a ANEEL, e, provisionar tal Ativo Regulatório para solicitação de reembolso por parte do Órgão Regulador, quando da edição do próximo IRT - Índice de Reajuste Tarifário.

50 Ativo Regulatório

A CERES não possui nenhum valor registrado em ativos regulatórios.

51 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2014 na CERES

52 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica/Eficiência Energética (P & D e PEE)

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o art. 1º da Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição, Transmissão ou Geração de Energia Elétrica, as Permissionárias de Serviços Públicos e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D, onde estes deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação. A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. Em relação aos Programas de Eficiência Energética – PEE, conforme dispõe a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida, segundo regulamentos da ANEEL. O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso, busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica. O Manual dos Programas de Eficiência Energética é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução do PEE regulados pela ANEEL. Definem-se no Manual, a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em relação aos investimentos realizados pela CERES até 31 de dezembro de 2014, o passivo corrigido a investir apresenta-se a seguir:

PROGRAMA DE P & D - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - 211.91.7.3 e 112.95.1

Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2013	14,34	(41,00)	0,49	25,66
2014	11,62	0,00	1,32	38,60
TOTAL				

FNDCT - 211.91.7.1				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2013	14,40	(12,82)	0,00	3,91
2014	11,62	(12,73)	0,00	2,80
TOTAL				

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE - 211.91.8 e 112.95.1				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2013	35,67	0,00	7,43	146,14
2014	29,06	(62,26)	9,84	122,78
TOTAL				

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME - 211.91.7.2				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2013	7,21	(6,41)	0,00	1,96
2014	5,81	(6,37)	0,00	1,40
TOTAL				

53 Revisão Tarifária Periódica

A CERES, não teve abrangência dentro da fase do segundo ciclo de revisão tarifária.

54 Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

A CERES possui, em sua área de Concessão, todos os Consumidores Universalizados.

55 Ganhos Contingentes

A CERES não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

56 Notas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Concessionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:

- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Comodato;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Debêntures;
- Programa de desestatização;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial.

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

57 PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas Renováveis na Produção de Energia Elétrica:

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu art. 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. Para tanto, segundo o disposto nos Arts. nºs 12 a 14 e 16, fixa as seguintes diretrizes:

1. a ANEEL deverá estabelecer quotas de custeio e de energia a cada um dos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD relativas a consumidores livres;
2. o cálculo de tais quotas deve ser baseado no Plano Anual do PROINFA - PAP, a ser elaborado pela ELETROBRÁS e encaminhado para a ANEEL, até 30 de outubro de cada ano, para homologação;
3. as quotas devem ser estabelecidas proporcionalmente ao consumo verificado, de modo a não acarretar vantagens nem prejuízos à ELETROBRÁS, e pagas até o dia 10 do mês anterior ao de referência; e
4. a partir do 2º ano o PAP deve levar em consideração alteração do mercado consumidor, de preços e dos montantes de energia

contratados, a inadimplência, e os montantes de energia efetivamente gerados no âmbito do PROINFA.

Diante desta regulamentação setorial, coube à CERES as seguintes quotas do PROINFA, devidamente ajustadas pela neutralidade, sendo:

Ano	GWh	Valor R\$ / mil
2012	0,32	63,45
2013	0,27	86,38
2014	0,49	84,90

58 Ativos não Elegíveis

A CERES, não possui, até o presente momento, valores referentes a Ativos não Elegíveis.

59 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável	R\$ mil			
	Revisão 03/12	REAJUSTE 03/13	REAJUSTE 03/14	REAJUSTE 03/15
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	10.783,86	11.145,12	11.929,74	0,00
b) (-) Depreciação Acumulada	(4.379,52)	-4.526,23	-4.844,88	-
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	(33,07)	-34,18	-36,58	-
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	6.371,27	6.584,71	7.048,28	0,00
e) (+) Almojarifado	32,35	33,44	35,79	-
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	6.403,63	6.618,15	7.084,06	0,00
g) (+) Investimento previsto no Xe	0,00	0,00	0,00	-

h) = Investimento total Remunerável na tarifa	6.403,63	6.618,15	7.084,06	0,00
i) Bens 100% depreciados	1.176,16	1.215,56	1.301,13	-
j) Variação do IGPM		3,35%	7,04%	
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,00%				

60 Reajuste Tarifário

O ano de 2013 foi atípico, uma vez que, em função da MP 579/2012, posteriormente convertida em Lei, a CERES teve suas tarifas reajustadas em julho/2013 através da edição de RTE. Esta RTE visou obedecer à determinação governamental da concessão de descontos ao preço de energia, em contra-partida a diminuição de encargos setoriais, bem como ao compromisso de depósito mensal de subsídios via CDE.

Em Dezembro de 2013 foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1.670 o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) relativo ao período de 22 de março de 2012 a 21 de março de 2013.

Em Fevereiro de 2014 tivemos a Resolução Homologatória nº 1.686, homologando as tarifas do IRT de 2013, com vigência 22 de março de 2013 a 18 de julho de 2013.

E em 08 de abril de 2014 tivemos a homologação das tarifas da CERES através da Resolução Homologatória nº 1.707, com vigência de 22 de março de 2014 a 21 de março de 2015.

61 TUSD/MUST

Conforme determinação regulatória legal, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 112.51.9. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor à receber sobre os subsídios: a) Subsídio Tarifa de Equilíbrio; b) Subsídio desconto Conexão de Consumidores Livres e Potencialmente Livres; c) Subsídios conexão Produtor Independente de Energia; d) Subsídios Suprimento Permissionária; e) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto; e f) Subsídio Consumidores Rurais.

Tais subsídios em dezembro/2014 somam um valor a receber de: 315,51 R\$/MIL.

62 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2014 e 2013 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERES vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

63 Microgeração e Minigeração

A Resolução ANEEL 482/2012 estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação.

No ano de 2014, na CERES, foram feitas algumas orientações em relação à micro e minigeração distribuída, porém sem implantação de nenhuma usina.

Em seu site, a CERES disponibiliza Norma Técnica específica para estes tipos de empreendimento.

Para 2015, acreditamos haver uma procura crescente, principalmente pela microgeração fotovoltaica, sobretudo por parte da classe residencial.”

64 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL

	2014
	FISCAL
ATIVO	
Circulante	1.992,61
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.587,36
Despesas pagas antecipadamente	39,25
Outros Ativos Circulantes não afetados	366,00
Não circulante	7.263,71
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00
Créditos fiscais diferidos	0,00
Despesas pagas antecipadamente	

	0,00
Ativo Financeiro da Concessão	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados	2.944,13
Investimentos	0,00
Imobilizado	4.275,47
Em serviço	5.708,20
(-) Reintegração Acumulada	(2.399,74)
Em curso	967,01
Intangíveis	44,11
Em serviço	44,11
Em curso	0,00
TOTAL DO ATIVO	9.256,32
PASSIVO	
Circulante	3.466,24
Passivos Regulatórios	132,92
Outros passivos circulantes não afetados	3.333,32
Não circulante	7.322,74
Passivos Regulatórios	2.423,12
Outros passivos não circulantes não afetados	4.899,62
Patrimônio Líquido	(1.532,66)
Capital Social	63,81
Reserva de capital	(2.715,02)
Reserva de lucro	915,15
Dividendo adicionado proposto	0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	0,00

Lucro (prejuízo) acumulado	203,40
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	9.256,32

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2014 FISCAL
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.448,89
Fornecimento de Energia Elétrica	(1.848,05)
Suprimento de Energia Eletrica	0,00
Energia Elétrica de Curto Prazo	0,00
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	4.934,96
Receita de Atividade Não Vinculada	0,00
Outras Receitas Vinculadas	361,98
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(167,79)
Tributos e Encargos	(41,29)
Federais	(41,29)
Estaduais e Municipais	0,00
Encargos - Parcela "A"	(126,50)
Reserva Global de Reversão – RGR	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(29,06)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE	(68,38)
Conta de Consumo de Combustíveis- CCC	0,00
Programa de Eficiência Energética – PEE	(29,06)
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)	0,00
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.	3.281,10
CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A'	(1.818,62)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.704,61)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(84,90)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.	0,00
Taxa de Fiscalização	(29,11)
CFURH	0,00
Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica	0,00
Combustíveis	0,00
(-) Subvenção – CCC	0,00
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIAVEIS	1.462,48
CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"	(4.068,87)
Pessoal	

	(2.507,81)
Administradores	(457,89)
Serviço de Terceiros	(835,78)
Material	(196,36)
Arrendamentos e Aluguéis	(67,33)
Tributos	(27,61)
Seguros	(3,90)
Outros	(58,14)
(-) Recuperação de Despesas	334,34
Doações, Contribuições e Subvenções	(17,42)
Provisão Devedores Duvidosos	33,21
Provisao – Outras	(14,46)
Depreciação	(236,82)
Amortização	(12,90)
Despesa da Atividade Não Vinculada	0,00
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	(2.606,39)
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	0,00
Receita Financeira	2.176,39
Despesa Financeira	(2.049,98)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	0,00
Resultado Não Operacional	(51,91)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL	(2.531,89)
Imposto de Renda	0,00
Contribuição Social	0,00
Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0,00
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00
LUCRO (PREJUÍZO)	(2.531,89)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	PERDAS NÃO-COBERTAS PELOS COOPERADOS	RESERVAS DE LUCRO		LUCROS A DISPOSICÃO DA AGO	TOTALS
					FATES	OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		
SALDOS 31/DEZ./13	63,69	333,19	-	-	452,79	327,33	-	1.177,00
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de								0,12

quotas	0,12							
2 - AUMENTO DE RESERVAS								-
- Destinações conforme AGO								-
- Destinações estatutárias					67,80	67,80	(135,60)	-
- Outros aumentos								-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								-
- Realização de reservas					(0,56)	(0,01)		(0,57)
4 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES								-
5 - AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (IFRIC 12)							339,00	339,00
6 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO		(3.048,21)						(3.048,21)
MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	0,12	(3.048,21)	-	-	67,24	67,79	203,40	
SALDOS 31/DEZ./14	63,81	(2.715,02)	-	-	520,03	395,12	203,40	(1.532,66)

65 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERES realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2014, o saldo de 315,51 R\$/MIL

	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	0,20	0,00	0,20
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	315,51	0,00	315,31
			315,51

66 Plano de Compatibilização – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015.

A SFF/ANEEL determinou, através do Despacho ANEEL4547/2014, a utilização do Plano de Compatibilização para a transferência dos saldos do MCSE até então vigente (Res. Normativa ANEEL 396/2010) para o MCSE versão 2015 (Res. Normativa ANEEL 605/2014). Tal ação se dará através da utilização de planilha Excel, que contém a parametrização do Sistema DUTO/ANEEL de verificação do saldo anterior – contas 2014, e, sua respectiva associação e compatibilização no plano de contas versão 2015. Nossa Empresa observou com rigor tal determinação, e, procederá ao Sistema de consistência da ANEEL imediatamente após a composição das Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal – 2014.

67 Benefícios Pós-Emprego

A CERES não possui planos de benefícios pós-emprego.

68 Migração dos Saldos do MCSE 2014 para o MCSE 2015

A SFF/ANEEL determinou, através do Despacho ANEEL4547/2014, a utilização do Plano de Compatibilização para a transferência dos saldos do MCSE até então vigente (Res. Normativa ANEEL 396/2010) para o MCSE versão 2015 (Res. Normativa ANEEL 605/2014). Tal ação se dará através da utilização de planilha Excel, que contém a parametrização do Sistema DUTO/ANEEL de verificação do saldo anterior – contas 2014, e, sua respectiva associação e compatibilização no plano de contas versão 2015. Nossa Empresa observou com rigor tal determinação, e, procederá ao Sistema de consistência da ANEEL imediatamente após a composição das Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal – 2014.

69 Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2014, nossa Concessionária deverá, por determinação do Órgão Regulador, implementar a aplicação das Bandeiras Tarifárias, conforme disciplina a Resolução Normativa ANEEL 547/2013 e módulo PRORET 6.8. O Sistema de Bandeiras Tarifárias terão a seguinte funcionalidade: As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Esse sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha – as mesmas cores dos semáforos - e indicam o seguinte:

1. Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
2. Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
3. Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora kWh consumidos

Nossa Empresa fará ampla divulgação desta metodologia, de forma a possibilitar ao consumidor, melhor gerência sobre seu consumo.

70 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 72,48 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2014 foram utilizados as seguintes contas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	339,00	-200,70

Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	119,03	34,96
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	0,00	0,00
Depreciação e Amortização	249,72	238,22
	707,75	72,48

71 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2015 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC: RJ094000/O-3